



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Oswaldo Mesquita

**Usos de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNMs nas Ilhas de Belém, Pará,
Brasil**

Belém, PA

2017

Oswaldo Mesquita

Usos de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNMs nas Ilhas de Belém, Pará, Brasil

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientador Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Belém, PA

2017

Oswaldo Mesquita

Usos de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNMs nas Ilhas de Belém, Pará, Brasil

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientador Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Data de aprovação. Belém – PA, _____/_____/_____

Banca examinadora

Dr.º Gutemberg Armando Diniz Guerra
UFPA (presidente)

Dr.º Oswaldo Kyohei Kato
EMBRAPA (examinador interno)

Dr.ª. Silvaneide Santos de Queiroz Côrte Brilho
UFRA (examinadora externo)

Dr.ª. Lívia Navegantes Alves
UFPA (examinadora suplente)

Belém, PA

2017

Dedico este trabalho a Terezinha Mesquita Vieira, minha mãe, a Osvaldo Serafin de Jesus, meu pai, a Isabel Cristina da Silva Carvalho, minha companheira, aos meus filhos (Tamara, Vítor e Vinícius) e aos amigos, Ana Regina Silva, Elias Pereira Monteiro (Almirante), Enivaldo Brito, Eny Valente, Joélcio Ataíde dos Santos, Kauê Silva Teixeira, Mirian Silvana Cardoso, Niraldete de Sousa Lima (Nira), Rosane do Socorro Pompeu de Loiola, Suellen Cristiane Santos da Costa e Terezinha de Jesus Mazza.

Agradecimentos

Minha eterna gratidão:

A Isabel Carvalho, minha companheira, sem ela os degraus desta caminhada seriam bem mais escorregadios. Obrigado pela paciência, pela investida e por apostar em mim. Às demais pessoas de minha família e aos meus filhos (Tamara, Vítor e Vinícius).

Ao Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, pela acolhida, confiança e por oportunizar a pesquisa deste trabalho. Em nome deste movimento faço um agradecimento especial às companheiras: Adriana Gomes, Maria Lídia dos Santos, Rosilea de Almeida e Solange Alvese ao companheiro Gesiel Fernandes. Meus sinceros agradecimentos pelo carinho, acolhida, boa vontade e obrigado pela amizade que construímos. Meus agradecimentos à comunidade da ilha de Cotijuba, por me acolher, permitir e possibilitar conhecer um pouco da realidade socioambiental e econômica da ilha a partir do MMIB.

Meus mais fraternos agradecimentos ao professor Gutemberg Armando Diniz Guerra, orientador desta pesquisa, por sua tamanha dedicação, compreensão, paciência e colaboração nesta caminhada. Eterna gratidão, professor Gutemberg!

Nas pessoas da professora Noemi Porro, professor William Santos de Assis e do Secretário Moacir José Moraes Pereira, agradeço ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR, pela oportunidade e dedicação profissional deste núcleo.

Agradecimento à Universidade Federal do Pará - UFPA, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Amazônia Oriental) - EMBRAPA e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Aos professores: Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA), Lívia de Freitas Navegantes Alves (UFPA), Osvaldo Ryohei Kato (EMBRAPA Amazônia Oriental), Rosiete Marcos Santana (FIBRA), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA), Tatiana Deane de Abreu Sá (EMBRAPA Amazônia Oriental), pela capacidade técnica, por suas contribuições à ciência, à pesquisa e pela dedicação ao NCADR/UFPA.

Nas pessoas de Rafael Aquino Nogueira e Natália Monge Zúñiga, agradeço a todos os meus colegas do mestrado, pela colaboração, parceria e amizade.

À minha colega de faculdade e amiga Suellen Cristiane Santos da Costa, obrigado pelo incentivo e companheirismo.

RESUMO

Este trabalho analisa os usos dos Produtos Florestais Não Madeireiros realizados pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, que tem sua sede localizada na Ilha de Cotijuba, Belém- Pará. Este movimento tem um papel importante nas comunidades da ilha de Cotijuba e seu entorno. O MMIB é uma entidade que desenvolve ações voltadas para dignificar a vida de seus associados e das comunidades de sua área de atuação. Desenvolve projetos de cunho educacional, social, ambiental e econômico no sentido de garantir geração de renda para seus participantes. Esta entidade tem um leque diversificado de parceiros, como de instituições de ensino e pesquisa, ONGs ou instituições privadas. Essas parcerias têm possibilitado ao MMIB um dinamismo constante em sua entidade envolvendo um público diversificado. A dissertação busca compreender as relações desta entidade com os PFNMs, a partir das práticas agroextrativistas, em que esses recursos são comercializados, tendo como compradores, principalmente, a Natura Cosméticos e o beneficiamento deste material para a produção de artesanato, atividade de destaque exercida pelos moradores da Ilha de Cotijuba. É um esforço acadêmico realizado com entrevistas, participação em atividades do MMIB e acompanhamento do grupo de watzap durante 1 ano para entender como se desenvolve a relação da entidade MMIB com a Natura, com os ilhéus do município e as questões de gênero dentro da entidade, que comporta a ação de pessoas de ambos os sexos.

Palavras chave: artesanato, biojóias, estética popular, organização do trabalho

ABSTRACT

This work analyzes the uses of forest products that aren't made from woods the Belém Islands Women's Movement - MMIB, which is based in Cotijuba Island, Belém - Pará. This movement has an important role in the communities Cotijuba's island and its surroundings. The MMIB is an entity that develops actions aimed at dignifying a life of its associates and the surrounding communities, and It develops projects of an educational, social, environmental and economic nature in order to get the generation of income for its participants. The entity has a diverse range of partners, from teaching and research institutions, NGO's and private institutions. These partnerships have made it possible for the MMIB to have a constant dynamism in its entity and involving a diverse public. Seeks to understand the relationships between this entity with PFNMs, based on agroextractivist ways, and how these resources are commercialized, mainly the buyer Natura Cosmetics and the processing of this material for the production of handicrafts. And an effort to understand how is the relationship of this entity MMIB with Natura, with the islanders of the municipality and as gender issues within the entity, which is also composed with men.

Keywords: crafts, biojewels, popular aesthetics, work organization

LISTA DE SIGLAS

- AMICIA** - Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba e Adjacências
- APIC** – Associação dos Produtores Rurais da Ilha de Cotijuba
- CID** – Centro de Inclusão Digital
- CODEM** – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
- DVD** – Digital Versatile Disc
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ERN** – Escola Ribeirinha de Negócios
- GMAPIC** - Grupo de Mulheres da Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBGE/DPE** – Diretoria de Pesquisa
- IBJ** – Instituto Brasil Justo
- IBPC** – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IFPA** – Instituto Federal do Pará
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
- MAFDS** – Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável
- MMA** – Ministério do Meio ambiente
- MMIB** – Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém
- MMM** – Movimento Mundial das Mulheres
- NCADR** – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
- ONG** – Organização Não Governamental
- PFNMs** – Produtos Florestais Não Madeireiros
- PPG7** - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
- PPGAA** – Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas
- PVC** – Projeto Vida e Companhia

SAF – Sistema Agroflorestal

SEGEP – Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

TBC – Turismo de Base Comunitária

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNIPOP – Instituto Universidade Popular

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Mudanças para o replantio

Fotografia 2 – Capacitação

Fotografia 3 – Cultivo da pupunha no terreno da dona Dirce Rodrigues (Dona Deca)

Fotografia 4 – Ilha de Cotijuba. Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard

Mapa 1 – Belém Continental e Insular

Fotografia 5 - Ruínas na localidade Fazendinha, Ilha de Cotijuba

Fotografia 6 - Ruínas do Educandário Nogueira de Faria

Fotografia 7 - Obelisco com a poesia “Similitudes” de Antônio Tavernard

Fotografia 8 - Rua Magalhães Barata, Ilha de Cotijuba – Belém, Pará

Fotografia 9 - Meio de transporte de passageiro de tração animal (charretes)

Fotografia 10 – Sede do MMIB, Ilha de Cotijuba

Fotografia 11 – Sede do MMIB, Ilha de Cotijuba

Fotografia 12 – Sede do MMIB, anexo 1 – Centro de Convivência da Terceira Idade

Fotografia 13 – Sede do MMIB, anexo 2: Galpão de produção artesanal -Núcleo de produção da Escola Ribeirinha de Negócios

Fotografia 14 – Atividade do Projeto Vida & Companhia – PVC

Fotografia 15 – Projeto Virola (ou ucuúba): Sistemas Agroflorestais – plantio de mudas. Ilha de Cotijuba

Fotografia 16 - Galpão do Núcleo de produção da Escola Ribeirinha de Negócios, Ilha de Cotijuba.

Quadro 1- Projetos desenvolvidos pelo MMIB ou seus parceiros.

Quadro 2 – PFNMs (beneficiados e in natura) usados pelo MMIB

Fotografia 17 – Peças produzidas pelo grupo de artesãos da entidade, em exposição na lojinha (expositor) na Sede do MMIB

Fotografia 18 – Projeto nas Trilhas da Amazônia UEPA/MMIB

Fotografia 19 - Produção artesanal do MMIB (em exposição na lojinha da Sede)

Fotografia 20 – Manto de Nossa Senhora de Nazaré feito com fibra do cacho do açaí

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA..... | 19 |
| 2.1 EXTRATIVISMO DE PFNMS COMO ATIVIDADE SUSTENTÁVEL ECONÔMICA E AMBIENTAL | 19 |
| 2.2 AGROEXTRATIVISMO ECONÔMICO (UCUÚBA E PRIPRIOCA) | 21 |
| 2.3 O ARTESANATO TENDO COMO BASE OS PFNMS..... | 26 |
| 2.4 GÊNERO..... | 28 |
| 3 MATERIAIS E MÉTODOS..... | 29 |
| 3.1 O RECORTE GEOGRÁFICO E O TEMA..... | 29 |
| 3.2 O LUGAR DA PESQUISA: SEDE DO MMIB..... | 42 |
| 3.3 EM COTIJUBA, AS MULHERES SÃO AS REFERÊNCIAS..... | 48 |
| 3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 48 |
| 3.4.1 Método: uma etnografia virtual é possível | 49 |
| 3.4.2 Método: MMIB - Grupo do whatsapp | 51 |
| 4 CAPÍTULO 1- GÊNERO..... | 52 |
| 4.1 O MODELO PATRIARCAL, INVISIBILIDADE, VIOLÊNCIA, LUTAS E AVANÇOS..... | 53 |
| 4.1.1 Superioridade masculina..... | 53 |
| 4.1.2 A mulher invisível..... | 53 |
| 4.1.3 A violência visível e invisível..... | 54 |
| 4.1.4 Lutas e avanços..... | 57 |
| 4.2 DIREITOS, IGUALDADE E PROTAGONISMO..... | 58 |
| 4.2.1 Em busca de direitos, grupo de mulheres protagoniza suas histórias nas ilhas de Belém..... | 58 |
| 4.2.2 MMIB: O começo, independência, protagonismo e as parcerias..... | 58 |
| 5 CAPÍTULO 2 MMIB - AGENTE MOBILIZADOR, AGROEXTRATIVISMO E PFNMS..... | 64 |
| 5.1 MMIB: MOVIMENTO MOBILIZADOR DAS COMUNIDADES DAS ILHAS..... | 64 |

| | |
|---|----|
| 5.2 AGROEXTRATIVISMO E PFNMs: DIVERSIDADE, USOS E GERAÇÃO DE RENDA..... | 78 |
| 5.2.1 PFNMs – Histórico..... | 78 |
| 5.2.2 Transformação, comercialização, uso e renda de diversos produtos PFNMS..... | 80 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 89 |
| REFERÊNCIAS..... | |

1 INTRODUÇÃO

Analisa-se nesta dissertação as relações sociais, econômicas e ambientais do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, as questões de gênero dentro da organização e principalmente os usos que os membros dessa organização fazem dos PFNMs. Algumas questões são colocadas como hipóteses que a priori sustentariam o investimento na pesquisa. Entre essas estaria a de compreender as relações, principalmente, comerciais e ambientais do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém com a empresa compradora, a partir da produção e comercialização da priprioca (*Cyperus articulatus* L.) e da semente da ucuúba [*Virola surinamensis* (Rol. ex Rottb.) Warb.]). A empresa faz um contrato, ou melhor, faz trato (acordo, combinação) com o MMIB para a compra de determinada quantidade da priprioca, e igualmente o faz para a semente da ucuúba, e para isso, a empresa faz um investimento em pesquisa científica sobre a virola ucuúba [(*Virola surinamensis* (Rol. ex Rottb.) Warb.)], com pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos – UFCAR, para analisar o potencial produtivo, bem como o investimento em um projeto de conservação da espécie. Condicionada a compra da produção, algumas imposições foram feitas pela empresa aos agroextrativistas. Para a priprioca há condicionantes como a certificação da produção. O primeiro objetivo é entender essas relações e os interesses de uma empresa capitalista, que tem como objetivo final o lucro¹, mas faz investimento e marketing de empresa social e ambientalmente correta.

A categoria gênero vem para a discussão quando o sujeito da pesquisa é um movimento de mulheres que atua na ilha de Cotijuba e demais ilhas, região periurbana de Belém, em particular as que estão às proximidades de Cotijuba. A proposta do objeto de estudo (um grupo de mulheres, que aglutina e dirige os homens que fazem parte da organização) foi definido a partir de sugestão e em acordo com o orientador da pesquisa, o professor Gutemberg Guerra, - que já conhecia os trabalhos desenvolvidos pelo grupo e considerava o movimento representativo na ilha, sendo referência fora dela. Esses aspectos se adicionaram ao interesse no projeto de investigação do objeto de estudo, no caso sujeito coletivo e muito ativo em uma relação de pesquisa.

Os Produtos Florestais Não madeireiros – PFNMs é a categoria que nas pesquisas para a elaboração do projeto, vai se projetando e se revelando como a categoria central do estudo, sendo esta categoria consensual na compreensão na banca

¹Entenda-se lucro como apropriação de mais valia. (MARX, 1996, p. 37)

que analisou o projeto, como também, para o discente e o orientador da pesquisa. Na categoria PFNMs, o que chama a atenção é a atividade artística e de geração de renda desta organização, ou seja, a produção de artesanatos, a partir de um grupo de artesãos da entidade. Este trabalho é destaque na entidade pela beleza das peças produzidas, pelos resultados financeiros e pelas parcerias firmadas com outras organizações sociais “de fora”. Os produtos florestais não madeireiros, também estão presentes em uma das atividades de geração de renda da entidade, que é a coleta e comercialização da semente da ucuúba, como já exposto acima. Chamam a atenção o cuidado na elaboração, estética, utilizando-se do formato dos PFNMs, ressaltando-se aspectos agradáveis em suas formas. Remetem a simbolismos contidos tanto nas formas como nos aromas, cores e texturas de parte das plantas como a nervura delicada das folhas, o colorido das flores, a forma esférica do fruto do açai, ou ovalada de outras palmeiras e diversos vegetais utilizados na produção de biojóias.

A diversidade de projetos e as atividades desenvolvidas intensamente pelo MMIB, nas áreas social, educacional, econômica e ambiental em Cotijuba e demais ilhas desde 2000, o público alvo dos trabalhos desenvolvidos que envolvem todas as idades e a preocupação com a geração de renda para seus associados foram motores desta investigação.

Este trabalho teve como objetivo geral compreender o uso dos produtos florestais não madeireiros pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, a partir das relações entre seus associados, os moradores das ilhas e destes com os produtos florestais não madeireiros (PFNMs). Para isso era fundamental identificar quais produtos florestais não madeireiros – PFNMs eram coletados, beneficiados e comercializados, além dos ganhos econômicos para os extrativistas e artesãos do MMIB; em seguida procurou-se analisar a relação de gênero entre os associados do MMIB e destes com as comunidades das ilhas e, por fim pretendia compreender qual a importância e benefícios que o MMIB traz para seus associados e para as comunidades das ilhas no que tange às ações e projetos sociais, econômicos e ambientais desenvolvidos pela entidade.

O *locus* privilegiado da investigação foi a Ilha de Cotijuba, embora pelo MMIB estejam contempladas ações nas ilhas Nova, Jutuba, Paquetá, Tatuoca, e Urubuoca. O destaque especial na ilha de Cotijuba, se deve ao fato de ser a ilha de maior atuação do

MMIB e onde está assentada sua estrutura física, a Sede. Essas ilhas fazem parte da região insular do município de Belém. A ilha de Cotijuba está localizada no extremo oeste do município (CODEM, 1999 citado por Universidade Federal do Pará, 2004), possui considerável atividade turística e econômica, dentre as ilhas de influência do MMIB. É a terceira de maior densidade populacional, a terceira maior em extensão com 1.595,29 ha e representa 3,15% do município [...]” (SEGEP, 1999 apud CRISPI e GUERRA, 2013, p. 177, 178).

O tema da pesquisa foi se construindo a partir das primeiras pesquisas em campo, inicialmente se impondo as categorias gênero, agroecologia e PFNMs. Gênero se inseriu por ser um grupo de mulheres o foco da pesquisa que têm, entre as bandeiras, a luta feminista, embora, não sejam essas mulheres ativistas orgânicas do movimento feminista. Acolhe-se a categoria gênero em um sentido transversal na pesquisa. Antes do local onde se desenvolveu a pesquisa e antes do tema final, foi na região nordeste do Pará, que se pretendeu elaborar um projeto voltado para pesquisar a Agroecologia na região. Esse desejo foi impulsionado pela disciplina denominada “Agroecologia e Sistemas Agroflorestais – SAFs” e pela visita *in loco* na região durante o período dos dois primeiros semestres do curso do mestrado. As dificuldades de orientação nesta categoria “Agroecologia” nesta região nos levaram à desistência do local e à uma mudança radical do sujeito, sendo ao mesmo tempo um desafio. Todavia a categoria “Agroecologia” resiste e teima em se impor no outro objeto da pesquisa e em uma região não tão favorável se comparada à região nordeste do estado. Com o desenvolvimento da pesquisa e das relações do pesquisador com o local, se considerou que a categoria “Agroecologia” não era o maior mobilizador da pesquisa, passando a ser esta categoria, uma terminologia não desprezível, mas, discutida por conta das práticas agroecológicas extrativistas se construindo nas relações do MMIB.

Os Produtos Florestais não Madeireiros – PFNMs durante o desenvolvimento do projeto da pesquisa foram ganhando espaço e passando a ser o provocador das investigações. A coleta, extração e o artesanato são atividades desenvolvidas pelo MMIB que estão diretamente ligadas ao uso dos produtos florestais não madeireiros. O coletor utiliza este recurso natural para comercialização, consumo alimentar, medicinal e na produção de objetos (artesanato). Para efeito desta dissertação se considera o extrativismo além do concebido por Homma (2008), ou seja, extrativismo puro. A concepção aqui defendida é o neoextrativismo de José Fernando do Rêgo (1999),

conceito em que se envolve a coleta, beneficiamento e cultivo, respeitando-se o meio, as tradições e costumes. Dito isso e analisando as práticas do MMIB relacionadas à coleta, beneficiamento e cultivo é que concluímos que a pesquisa sobre PFNMs a partir do MMIB não se restringe à simples coleta. Neste caso vamos nos referir, quase sempre, aos associados ou não do MMIB que exercem as atividades de agroextrativistas.

A categoria “lugar” emprestado da ciência geográfica que hora aparece no texto, sempre será referida ao pequeno território, a um espaço limitado de relações sociais, ao lugar de pertencimento. Esse “lugar” no contexto da pesquisa é representado pelo espaço físico Sede do MMIB (não exclusivamente), incluindo as relações dos associados, da comunidade de Cotijuba, ou não, dos parceiros desta organização e dos visitantes, percebendo-se essas relações a partir do lugar (Sede).

O desenvolvimento da pesquisa se inicia ainda na fase exploratória com a pesquisa de reconhecimento de campo. A metodologia a priori não muda, desde o início (pré projeto) até a aprovação (qualificação) do projeto e depois na construção da dissertação. Os trabalhos de campo foram sendo feitos paralelamente aos conhecimentos teóricos. Em certo momento havia uma dúvida se a teoria estaria orientando a pesquisa de campo ou vice versa. Os dados foram selecionados e analisados, formando um arcabouço teórico, que deu base para a dissertação. A observação participante é sem dúvida o método mais usado e o melhor para essa pesquisa. As técnicas de pesquisa usadas foram as entrevistas (informais e semi estruturadas), uso das redes sociais (WhatsApp) e do correio eletrônico (email). O meio virtual utilizado foi importante para auxiliar na pesquisa de dados, na comunicação com o MMIB, através do grupo do WhatsApp da entidade, na comunicação com a coordenação do MMIB, na coleta de informações relacionadas às atividades do cotidiano do movimento ou na obtenção de documentos. Esses recursos se fundamentam, principalmente, por ser o locus da pesquisa uma ilha o que, entretanto não substitui a presença em campo, que no período de outubro de 2015 a julho de 2017 implicou na ida ao local da pesquisa por 14 vezes. Parte de nossa presença em campo, se deu por convite da entidade, feito por meio do grupo do whatsapp ou de forma presencial, para participarmos de alguma ação que aconteceria na sede da entidade. Quando precisávamos pesquisar sobre determinado assunto e com determinadas pessoas, agendávamos este momento. Das vezes que estivemos presentes na sede, pudemos visitar o cultivo da pirioca, as áreas de coleta da semente de ucuúba e conversarmos com os agroextrativistas associados do MMIB,

sobre suas atividades agrícolas; o que cultivavam, como e com que objetivos; suas realidades sociais e sobre a parceria com o MMIB e a empresa compradora da produção da piripioica e ucuúba. Na sede da entidade, o método da observação participante e os convites feitos pela coordenação da entidade, possibilitaram nosso envolvimento quer nos multirões para a limpeza e organização da sede, quer para participar de palestras e/ou oficinas dos projetos desencadeados pela entidade e seus parceiros, quer para participar e contribuir nas festas de encerramento de ciclos ou de projetos. Dentre tantos momentos importantes para a pesquisa e prazerosos de participar, destacaria: uma atividade que tinha como proposta debater o estatuto da entidade para atualização, discutida com os associados, coordenação e convidados, este acontecimento foi no primeiro semestre de 2017. Pudemos participar desse momento, inclusive dado nossa contribuição por conta de um pouco de experiência vivenciada em entidades semelhantes. O outro momento foi o estar presente quando a empresa compradora da produção da piripioica e ucuúba mandou dezenas de funcionários da empresa visitar a sede da entidade com o objetivo de conhecer a realidade social do local e conhecer de onde vem a matéria prima usada em seus produtos. Foi importante estar lá pra observar melhor como o MMIB percebia a relação com a empresa e perceber o comportamento dos funcionários da empresa, em relação à realidade da entidade e sua comunidade. Essa era uma atividade de socialização dos funcionários da empresa e um momento em que se diluía o caráter meramente comercial da exploração capitalista, dando ênfase ao aspecto social capitalizado pela empresa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EXTRATIVISMO DE PFNMS COMO ATIVIDADE SUSTENTÁVEL ECONÔMICA E AMBIENTAL

Há pesquisadores que não concebem o extrativismo como uma atividade sustentável e que possa proporcionar desenvolvimento. Homma (2008) adverte sobre a exploração da atividade extrativa não madeireira como sustentável como “[...] visão defendida pelos pesquisadores e ambientalistas nos últimos vinte anos” (Homma, 1990, p.106). O autor faz questionamento “... se realmente o extrativismo vegetal, defendido pelos seguidores de Chico Mendes, seria a forma ideal de desenvolvimento para a Amazônia” (HOMMA, 2008, p.19). Segundo Homma (1989) há quatro fases que caracterizam a evolução da extração dos recursos vegetais na região amazônica:

- a) Fase de expansão: é a fase do crescimento da extração, favorecida pela existência de melhores reservas ou pela posição monopolística que caracteriza o mercado do recurso, a exemplo da extração madeireira na Amazônia;
- b) Fase estacionária: representa um equilíbrio entre oferta e a demanda perto da capacidade máxima de extração. Segundo Homma (1989) “Nessa fase, os extratores fazem todo o esforço para manter a produção atingida... para atender aos compromissos do mercado criado”.
- c) A fase de declínio, causada pela redução dos recursos pelos aumentos nos custos de extração, leva à queda paulatina sua extração.
- d) A fase de plantio domesticado começa a se esboçar durante a etapa de estabilização, desde que as disponibilidades tecnológicas para a domesticação e a existência de preços favoráveis criem condições para o plantio.

José Fernandes do Rêgo no seu texto *Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo*, aponta o seguinte: “O extrativismo é apontado às vezes como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia” (REGO, 1999, p. 1). O autor afirma que: “tal conclusão apóia-se em uma visão dessa atividade como simples coleta de recursos, o que excluiria técnicas como cultivo, criação e beneficiamento” (REGO, 1999, p. 1). Neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de

progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção (RÊGO, 1999, p.3). Esse tipo de extrativismo difere do extrativismo analisado por Homma (2008) como insustentável, “A economia extrativa se caracteriza por uma oferta rígida, determinada pela natureza que, depois de atingir certa quantidade, não consegue atender ao crescimento da demanda” (HOMMA, 2008, p.72).

Gama (2005, p. 2) traz a questão da insustentabilidade econômica e ambiental do extrativismo:

Há o descrédito que o extrativismo de PFNM possa por si só, gerar rendimentos para competir com fontes alternativas de renda rural, visto que nas raras ocasiões em que as condições de mercado para produtos extrativistas são propícias, os direitos de propriedade dos recursos são mal definidos e as práticas de coleta são prejudiciais, implicando no aumento da destruição até a extinção dos recursos naturais, ao invés da coleta sustentável.

Gama observa tal qual Rêgo (1999) que é preciso incentivo e investimento na atividade extrativa para que possa vingar melhores resultados. “Em todos os elos da cadeia produtiva, e com isso maiores benefícios econômicos e socioambientais, investimentos em capacitação e assistência técnica são necessários” (GAMA, 2005, 2). O autor critica as ideias que colocam a atividade extrativa como um modelo de desenvolvimento atrasado e fadado ao fracasso: “[...] primitivo ou pré-moderno, por ofertar produtos originários de países em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é barata e abundante, faz parte do preconceito dos defensores das economias de grande escala” (GAMA, 2005, p.2-3). “Entretanto, no caso da conservação de espécies razoavelmente resistentes às pressões crescentes de coleta, como o babaçu (*Orbygnia phalerata*, A.B.K) e a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*, H. B. K.)”, nessas condições já é possível que o extrativismo de PFNMs seja uma opção econômica sustentável para diversas comunidades, ressalta Gama. Sobre o neoextrativismo, Rêgo acrescenta “Portanto, cultivo, criação, artesanato e agroindústria são extrativistas desde que se harmonize com valores, crenças e costumes da população extrativista e com as características do seu ambiente natural” (RÊGO, 1999, p. 5). Nesta visão diz o autor “[...] o neoextrativismo envolve os componentes “agro” e “florestal”, além do extrativismo “puro””. Segundo Rêgo não cabe nesta compreensão “a agropecuária e a silvicultura modernas, baseadas na revolução verde [...]”. Rêgo salienta que ao invés disso, o modelo agroflorestal “[...] envolve diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura da floresta e uso de técnicas desenvolvidas pela pesquisa a partir dos saberes e práticas tradicionais, do

conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais” (RÊGO, 1999, p. 6).

Fechando essa discussão sobre conceitos e práticas extrativas, ponderando as concepções desses autores e baseado na realidade do recorte e do objeto da pesquisa, o conceito chave de extrativismo que se adota nesta dissertação foi o trazido por José Fernandes do Rêgo, ou seja, o neoextrativismo. Nele incorpora-se a perspectiva de uma dosagem do uso dos recursos naturais, ao que poderíamos chamar de manejo sustentável, indo na linha do que defende Diegues em seu livro “O mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2008).

2.2 AGROEXTRATIVISMO ECONÔMICO (UCUÚBA E PRIPRIOCA)

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB vem articulando com seus associados agroextrativistas, segundo Adriana Gomes da coordenação do MMIB, a produção da priprioca a partir de uma demanda que chega até a entidade pela empresa compradora, desde 2004 e avirola² ucuúba desde 2009.

A virola ucuúba

Dubois (1974) apud Neves, Santos e Martins (2002, p. 9) afirma que é na Floresta Amazônica, mais especificamente na área de várzea que a virola ucuúba se destaca como planta de valor comercial. Suas espécies apresentam madeira com peso específico (= 0,70) menor que as desenvolvidas na floresta de terra firme; uma espécie de destaque comercial é a *Virola surinamensis* (Rol.) Warb., vulgarmente conhecida como ucuúba (DUBOIS, 1974 citado por NEVES, SANTOS E MARTINS, 2002). Segundo Neves, Santos e Martins (2002) até 1958 a madeira da ucuúba não tinha valor comercial e o seu uso era somente de forma extrativa (sementes). A gordura da semente, chamada de sebo de ucuúba, era usada na indústria na produção de velas e sabões, além da indústria de cosméticos, perfumaria e confeitaria. No início dos anos 60 do século XX começa o uso da madeira para a produção de laminados e compensados. Há poucos

²“De acordo com o Sistema de Classificação de Hutchinson, *Virola surinamensis* (Rol.) Warb. pertence à ordem Laurales e à família Myristicaceae” (NEVES, SANTOS E MARTINS, 2002, p. 10) . O MMIB e os coletores da semente usam as duas terminologias “virola ucuúba ou ucuúba” e é desta forma que nós abordaremos nesse trabalho. Segundo Neves, Santos e Martins (2002, p. 11) “o nome ucuúba origina-se da língua tupi, sendo formado dos vocábulos "uku" (gordura, graxa, sebo) e "uba" (árvore, planta)”. “No Brasil, é vulgarmente conhecida como ucuúba, ucuúba-da-várzea, ucuúbabranca, ucuúba-verdadeira, ucuúba-amarela, noz-moscada e bicuíba nos estados da Amazônia, como andiroba no estado do Ceará” e “na Amazônia brasileira, aplica-se vulgarmente à maioria das espécies do gênero *Virola* e significa árvore que produz substância gordurosa (NEVES, SANTOS E MARTINS, 2002, p. 11).

trabalhos com ênfase no extrativismo e comercialização da virola ucuúba tendo como produtores os moradores das ilhas vinculados ao MMIB. O fato é que o extrativismo da semente de ucuúba e a comercialização para a empresa interessada por intermédio do MMIB é incipiente. Esse processo iniciou-se no ano de 2009 e como fonte de renda ainda não aparece como uma das principais atividades. Na pesquisa feita por Côrte Brilho (2015) a atividade de extração da ucuúba aparece como em quarta posição com 12% das 34 mulheres entrevistadas. “A priprioca, as biojóias, o papel vegetal, o turismo e a ucuúba (*Virola Surinamensis*) foram os mais citados, assim também como uns se destacaram mais que outros” (CÔRTE BRILHO, 2015, p. 125). A perspectiva da produção e comercialização da virola tende a crescer diante da paralisação da comercialização da priprioca e do resultado da pesquisa científica encomendada sobre a virola pela empresa que comercializa este produto.

Em 2013 a empresa de cosmético contratou a UFSCAR – Universidade de São Carlos (SP) e outros parceiros para realizar um projeto relacionado à virola ucuúba. O Projeto virola, também chamado de Projeto ucuúba ou de conservação tem a missão de capacitar jovens para melhorar o conhecimento sobre a espécie, aprender a fazer o manejo e o replantio através de mudas. (Fotografia 1 e 2).

Fotografia 1 - Mudanças para o replantio



Fotos: O.M. (2016)

Fotografia 2 – Projeto Virola (ou ucuúba): Capacitação



Fotos: O.M. (2016)

Ao mesmo tempo o projeto, através da UFSCAR, sob a coordenação da professora F. P., está fazendo o estudo genético da espécie. Segundo C. D., funcionária do setor de pesquisa da empresa que contratou a UFSCAR, o projeto é feito de forma participativa e envolve inicialmente poucas pessoas. O Projeto Virola, envolveu quatro municípios: Abaetetuba, Igarapé Mirim, Cametá e Belém e, nesse último município está situada a ilha de Cotijuba. Em cada um destes lugares teve a parceria de uma entidade, e em Cotijuba foi o MMIB. A extração e comercialização da semente da ucuúba para a empresa que contratou são citadas por Melo (2010): “O outro projeto é o de semente de ucuúba, coleta realizada anualmente, onde o que é coletado nas árvores de ucuúba na ilha é vendido diretamente para a Natura [...]” (MELO, 2010, p.178). É através do MMIB que a comercialização da produção da coleta da semente da ucuúba se concretiza, uma vez que o MMIB é a organização social que faz a intermediação entre os coletores (extratores) e a empresa compradora. O contrato de compra das sementes pela empresa, não é um contrato de exclusividade, diante disso os coletores e o MMIB podem vender suas produções para outros compradores. “Na parceria estabelecida com a Natura as mulheres do MMIB plantam e vendem as sementes coletadas para quem

elas quiserem [...]” (MELO, 2010, p.178). Em que pese essa aparente liberdade, o fato de ter organizado o processo de coleta, de seleção do material a ser vendido e a comercialização dá proeminência e estabelece um compromisso moral que leva os coletores a entregar o produto sempre à empresa que se apresenta como parceira, em uma espécie de acordo de compromisso definido.

Priprioca

Além dos benefícios que os PFNMs trazem para os associados do MMIB e a comunidade, há também, a produção agrícola familiar que são meios de subsistência. Segundo Melo (2010, p. 97) “Os produtores agrícolas da Ilha apenas produzem para sua subsistência, no entanto, o excedente, é comercializado [...]”. Nos quintais dos moradores é possível encontrar árvores frutíferas, hortas e a criação de animais, práticas comuns do interior da Amazônia. Algumas frutas são comercializáveis (o excedente), o que igualmente acontece com as hortaliças, mas sempre em pequena escala.

Da família das *Cyperaceae* e de nome científico *Cyperus articulatus* L., a priprioca tradicionalmente foi e ainda é usada na Amazônia como aromatizante de armários, havendo crenças populares com finalidades de descarrego, mal olhado, invejas e afastando energias negativas. Segundo Conceição *et al.* (2003) e Meirelles Filho (2006 *apud* Almeida e Tourinho 2014,p. 28). “[...] tirar enguiço, livrar-se da tristeza e do “olho gordo” ou atrair esperança, amor, pedir emprego, afrodisíaco, pega-marido entre outras” são atributos da priprioca.

“...é uma espécie de capim alto, em cuja extremidade brotam flores miúdas, quase insignificantes. Os talos dessecapim produzem pequenos tubérculos que, quando cortados, exalam um perfume fresco, amadeirado e picante, tradicionalmente usado em banhos de cheiro e na fabricação de colônias artesanais na região Norte do País, principalmente no Pará” (NICOLI *et al.*; p. 11, 2006).

A planta vem despertando interesses da ciência e ganhando mercado a partir dos interesses das empresas de biocosméticos. De acordo com Nicoli *et al* (2006) “No Estado do Pará, a priprioca vem despertando um grande e crescente interesse científico e econômico, graças ao agradável aroma do óleo essencial obtido dos seus rizomas”. Esse interesse mercadológico pela priprioca é afirmado por Scalabrini Prazeres (2013). Almeida & Tourinho (2014, p. 27) trazem mais elementos para esse mercado crescente e lucrativo: “No caso das empresas de biocosméticos a agregação de valor aos produtos

está atrelada a termos como Amazônia, Biodiversidade, Tradicional, Parceria, Desenvolvimento Sustentável, entre outros”.

A diversidade e a grandiosidade natural que a Região Amazônica tem para o mundo são convites para aventureiros, pesquisadores e exploradores, que vêm a Amazônia como um Eldorado de fácil exploração e de enriquecimento. As comunidades locais, quando percebidas são ignoradas e muitos ainda a vêm como um gigantesco espaço vazio. Nas últimas décadas com a crescente preocupação com o meio ambiente, as explorações na região estão camufladas pelo termo “desenvolvimento sustentável”, sendo visto como uma bandeira social e ambientalmente correta.

É nesse contexto, que empresas, consideradas “verdes”, especificamente aquelas as quais utilizam ativos da biodiversidade amazônica na elaboração de seus produtos de higiene e limpeza, vêm investindo intensamente seus recursos em projetos e pesquisas os quais almejam unir crescimento econômico ao desenvolvimento socioambiental das comunidades que fornecem estes ativos (ALMEIDA & TOURINHO, 2014, p. 27).

Em 2002 a empresa de cosméticos, intermediada pelo MMIB, contratou junto aos agroextrativistas de Cotijuba a produção e comercialização da pripioca. A produção da pripioca (*Cyperus articulatus* L.) é certificada e envolveu no início doze famílias. (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Cultivo da pripioca no terreno da dona Dircinha Rodrigues (Dona Deca)



Foto: O.M. (2016)

Em 2016 a empresa contratou com o MMIB nova produção para 2017, sendoseis famílias que trabalharam na produção da ciperácea dessa vez. O quantitativo comercializado anualmente é balizado conforme a demanda do mercado. O preço pago pelo quilo da produção foi de R\$ 3,50. Após um ano do plantio é possível fazer a colheita. No ano de 2016 a plantação ocorreu em março e em março ou abril de 2017 já deveria haver produção a ser comercializada. De acordo com Rosilea O. de Almeida, da coordenação do MMIB, o quantitativo solicitado pela empresa para 2016/2017 é de oito toneladas. O cultivo da priprioca foi umas das mobilizações importantes exercidas pelo MMIB. O cultivo da priprioca gerou renda e ainda gera para as famílias dos agroextrativistas envolvidos.

2.3 O ARTESANATO TENDO COMO BASE OS PFNMS

Os produtos florestais não madeireiros – PFNMs historicamente na Amazônia têm sido usados pelas comunidades tradicionais como base alimentar, curandeira e fonte de renda com produção para o mercado local e exportação, sendo matéria prima para as indústrias como é o caso da seringa (GAMA, 2005; HOMMA, 1990). Recentemente tem atendido a um mercado crescente, o da indústria de cosméticos. A relação deste recurso *in natura* no uso alimentar, curandeiro e de geração de renda, trás um elemento identitário que categorizam muitas comunidades na Amazônia.

Para Gama (2005) PFNMs “são produtos não lenhosos de origem vegetal [...]”, na definição de Shanley, Pierce e Laird (2005) são recursos biológicos de florestas nativas, de sistemas agroflorestais e plantações. Quando nos referimos ao extrativismo vegetal, segundo Homma (2008) trata-se da simples coleta de produtos existentes na natureza e que já tem um esgotamento pré estabelecido, caso o produto vire demanda de mercado: é o que o autor chama de “extrativismo puro”. De acordo com (HOMMA, 2008) esse processo vai interferir na sustentabilidade tanto econômica como ambiental. Em outra perspectiva Rêgo (1990) traz o extrativismo com novas possibilidades, e não como a pura coleta ofertada pela natureza e dependente dela. José Fernandes do Rêgo chama a essa nova possibilidade de neoextrativismo, envolvendo além da extração, o cultivo, criação e beneficiamento. Para Rêgo (1999), além da sustentabilidade econômica, o neoextrativismo se sustenta ambientalmente. O autor observa que para tanto, se faz necessário harmonizar essas práticas aos valores, às crenças, aos costumes tradicionalmente existentes em comunidades extrativas eo meio natural. Gama (2005)

analisa de forma positiva a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade extrativa e adverte que se faz necessário o apoio em pesquisa, tecnologias, capacitação e assistência técnica para que se alcancem melhores resultados.

A extração, a produção, o beneficiamento e comercialização de PFNMs são importantes fontes de renda que ajudam no orçamento familiar de comunidades na Amazônia, sendo para muitas dessas famílias a única fonte de renda. São formas de subsistência para as populações amazônicas (GUERRA, 2008). Shanley, Pierce e Laird (2005) dizem que essas rendas são vitais para o meio de subsistência nas regiões temperadas e tropicais.

O MMIB tem trabalhado no sentido de garantir renda para seus associados, e são várias as formas que este movimento encontra para que seus associados tenham um ganho e complementem o orçamento familiar. No beneficiamento dos PFNM produz o artesanato; nocultivo, produz a pripioca (*Cyperus articulatus*, L.), vendida de forma in natura; no extrativismo faz a coleta da semente da ucuúba para a comercialização e de sementes, cipós e folhas para as confecções de artesanatos. A esse conjunto - extração, beneficiamento e cultivo que são praticados pelos associados com o objetivo de obter renda a partir das articulações e mobilizações do MMIB -, estou categorizando como agroextrativistas. Analisando a relação sociocultural e ambiental do agroextrativismo em Cotijuba, especificamente ao consorciado com o MMIB faço analogia ao que Rêgo (1990) chama de neoextrativismo por ser, segundo o autor “..., uma alternativa econômica [...]... viável e adequada ao universo amazônico”.

A produção de artesanato do Movimento de Mulheres da Ilhas de Belém tem como material base os PFNMs, embora também utilize material sintético, comprado no comércio de Belém e em outros estados, via internet. Adriana Gomes da Coordenação da entidade, em entrevista não diretiva em maio de 2017, diz que são vários os motivos do uso de produtos sintéticos na produção do artesanato: primeiro por querer a entidade fazer experiências misturando o sintético com o natural, segundo porque virou tendência, ou seja, “caiu no gosto da maioria das mulheres”, “porque dá uma valorização maior ao produto natural”, por exemplo, utilizando aros de brinco banhado a ouro com “palha da costa”³ *Raphia vinifera* (Gaertn.) Hyl. A produção do artesanato –

³Palha da costa é a fibra de ráfia conhecida como *iko* pelo povo do santo. É extraída de uma palmeira chamada *Igi-Ògòrò* pelo povo africano e que, no Brasil, recebe o nome de jupati,

biojoias (cordões, brincos, pulseiras, colares, terços, entre outros) além de agendas, cadernos e blocos de anotações de papel vegetal, garante aos associados da produção uma renda complementar.

2.4 GÊNERO

A história de dominação do homem sobre as mulheres é antiga. No modelo patriarcal de sociedade é clara essa dominação e perpassa por todas as classes sociais, e sistemas religiosos, a exemplo do cristianismo. Paradis (2014) e Faria(2005) dizem que o Sistema Capitalista vem reforçar essa dominação sobre as mulheres, aprofundando as desigualdades sociais e fragilizando o trabalho das mulheres. Esse olhar e as práticas machistas garantem a invisibilidade das mulheres que no mercado de trabalho dão a elas menor participação e menor renda, mesmo desempenhando funções iguais e com a mesma ou maior escolaridade. Côrte Brilho (2015) observa essa invisibilidade das mulheres de Cotijuba quando em sua pesquisa de doutorado tem no MMIB seu objeto de pesquisa. Segundo a autora foi a partir do Grupo de Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba - GMAPIC que se inicia a visibilidade e o protagonismo dessas mulheres que vai culminar com a formação do MMIB. A violência contra a mulher está intrinsecamente ligada à pseudo superioridade masculina, sustentada por normas antigas da sociedade. Carrasco (2012) e Faria (2005) refletem sobre o histórico da violência contra a mulher, sobre a violência visível, ou seja, aquela que a lei criminaliza e a invisível que passa despercebida e para a qual não é possível punição. Para as autoras é preciso discriminar essas violências para que sejam passíveis de punição. Coelho& Roure (2014) afirmam que na pesquisa feita no Brasil sobre a violência sexista, quando de forma espontânea apenas 18% das mulheres dizem ter sofrido violência porém, quando estimulada, esse percentual sobe para 40% quando apresentadas às entrevistadas uma lista com diversos tipos de violência. Isso nos remete à ideia da violência invisível sofrida pelas mulheres, e mais ainda para a naturalização de alguns tipos de violência que não constariam no repertório consciente das mulheres que as sofrem. Carrasco (2012) traz a proposta de uma vida sem violência, através da coeducação, sendo algo indispensável para educar sem desigualdade de gênero e sem violência contra as mulheres. Faria (2005) salienta os avanços e as lutas das mulheres em busca de direitos e igualdade social. As conquistas estão vindo por conta,

cujo nome científico é *Raphia vinifera*. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Palha-da-costa>. Disponível em 18/06/2017).

principalmente, de sua forma de se organizar em coletivos, movimentos ou individualmente em busca de mercado de trabalho e formação.

Mourão (2014) aponta a Marcha Mundial das Mulheres do ano 2000 como uma ação que fortaleceu a luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 O RECORTE GEOGRÁFICO E O TEMA

O recorte

Belém é recortada por inúmeros rios e furos, características da região amazônica, em que geograficamente está assentado o município. A sede municipal está localizada na porção continental. O município de Belém é formado por um terço de terras continentais e dois terços de terra insular formadas por um total de 43 ilhas. “É na parte continental que se concentra a grande maioria da população e menos de 10% na porção insular” (GUERRA, 2007). Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população do município em 2010 era de 1 393 399 e a estimativa para 2015 era de 1 439 561 (IBGE, 2015). Nesta complexidade paisagística, a Ilha de Cotijuba, principal espaço geográfico desse estudo, é a terceira de maior densidade populacional, a terceira maior em extensão com 1.595,29 ha e está localizada no extremo oeste do município (CODEM, 1999 citado por Universidade Federal do Pará, 2004) além de possuir considerável atividade turística e econômica, dentre as ilhas de influência do MMIB. Cotijuba representa 3,15% do município [...]” (SEGEP, 1999 apud CRISPI e GUERRA, 2013, p. 177, 178). A ocupação de forma intensa e gradativa na ilha aconteceu nas últimas décadas do século passado (GUERRA, 2007; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004), proporcionado principalmente pela regularização do transporte público que fortalece a atividade econômica do turismo e do lazer. O Plano Diretor do Município de Belém traz em seus artigos diversos trechos que garantem a proteção e preservação dos meios naturais e do patrimônio histórico da Ilha de Cotijuba.

O recorte da pesquisa está relacionado com a área de atuação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, em particular a ilha de Cotijuba, embora a área de atuação se estenda às ilhas Nova, Jutuba, Paquetá, Tatuoca e Urubuoca.

Para descrever o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, e os caminhos percorridos para se aproximardesse grupo e ser aceito por ele, é necessário

compreender a área em que ele se manifesta, ou seja, a Ilha de Cotijuba, onde está assentada a sede do MMIB, com estrutura contendo biblioteca, butique, cozinha, varanda, auditório, galpão, dispensa e áreas verdes. À ilha se tem acesso por uma linha de transporte fluvial que parte de Icoaraci (Distrito de Belém) e chega no Terminal Hidroviário Antonio Tavernard, no Sul da Ilha (Fotografia 4).

Fotografia4 Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernardna Ilha de Cotijuba.



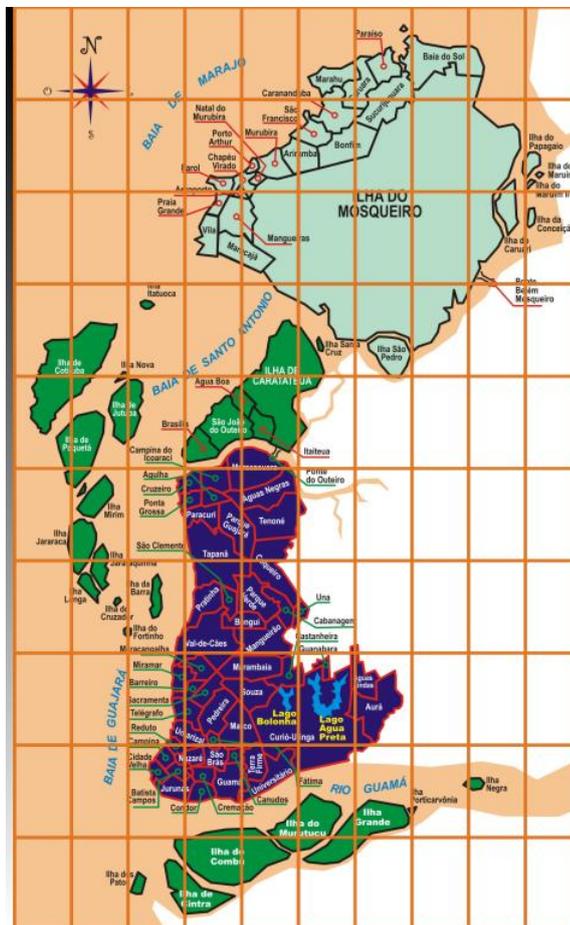
Foto O. M., (2016)

A sede municipal de Belém está localizada na porção continental e as ilhas são percebidas pela população como uma espécie de reserva para expansão da cidade, como espaços de lazer ou estoques de recursos naturais.

Fazendo parte do cenário amazônico, a Ilha de Cotijuba, segundo a (SEGEP, 1999 apud CRISPI e GUERRA, 2013, p. 177 e 178) “está situada à margem direita do Rio Pará, entre as baías do Marajó e Guajará e as ilhas de Jutuba e Paquetá-Açú, tendo como coordenadas 48°38’30”long. W e 1°15’30” lat. S”. Esse dado sobre a extensão conflita com os dados do Laboratório de Análises Espaciais do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Laena/NAEA/UFPa) que estima em 1.673,63ha (UNIVERSIDADE, 2004). A ocupação de forma intensa e gradativa na ilha aconteceu nas últimas décadas do século passado (GUERRA, 2007; UNIVERSIDADE,

2004), proporcionado principalmente pela regularização do transporte público que fortalece a atividade econômica do turismo e do lazer.

Mapa 1 – Belém Continental e Insular



Fonte: Skyscrapercity.com

Historicamente a Ilha de Cotijuba exerce funções importantes como a atividade agroextrativista contribuindo para o abastecimento da capital e zona metropolitana. A produção agrícola e extrativista representa $\frac{1}{4}$ das principais atividades desenvolvidas pelos seus habitantes (UNIVERSIDADE, 2004). Entre as funções exercidas pela ilha em determinado período houve a implantação em 1835 de uma base militar que estrategicamente serviria para a retomada de Belém a qual estava sob o poder dos Revolucionários Cabanos (GUERRA, 2007; MELO, 2010; UNIVERSIDADE, 2004).

Os registros sobre a ilha remontam a 1784, quando Alexandre Rodrigues Ferreira faz coleta botânica e seus riscadores fazem desenho de uma tomada d'água

aliexistente, constituindo-se em um ponto de atração turística que pode ser visto em ruínas na localidade denominada Fazendinha (Fotografia 5).

Fotografia 5 – Ruínas na localidade Fazendinha, Ilha de Cotijuba



Foto G.A.D.G.(2016)

A partir de 1930 Cotijuba acolheu a instalação de atividades correcionais de menores e de prisão para os maiores. Segundo Silva (2003, p.30 apud MELO, 2010, p. 79):

A Ilha de Cotijuba passou a vivenciar em uma outra fase transformações espaciais mais intensas. No século XX, destacou-se como o período de maior desenvolvimento econômico e social, quando passou a abrigar a Colônia Reformatória de Cotijuba; foi comprada pelo Desembargador Raimundo Nogueira de Faria do juizado de direito da 4ª Vara do Supremo Tribunal de Justiça do Pará, que objetivava a construção de um educandário, uma colônia correcional para abrigar menores abandonados e delinquentes e reintegrá-los a sociedade. O objetivo da construção do educandário seria justificado pela multiplicação da criminalidade infanto-juvenil em Belém, a partir de 1930, ocasionado pela estagnação econômica após o declínio da borracha.

A presença desse investimento de caráter educacional estão marcadas por ruínas que se projetam na paisagem em frente ao principal porto de atracação, o Terminal

Hidroviário Poeta Antônio Tavernard, no Sul de Cotijuba. A propósito, teria sido intencional a construção do Terminal justamente naquela localidade para se valorizar as ruínas que notabilizaram a ilha no século XX. (Fotografia 6).

Fotografia 6 - Ruínas do Educandário Nogueira de Faria



Foto O.M., (2016)

A imagem das ruínas chama a atenção na paisagem principalmente se considerados os aspectos bucólicos que lhe complementam como a presença da vegetação e das charretes paradas em frente. A placa de informações turísticas reforça o caráter dessa atividade apropriada e estimulada positivamente pela administração municipal, em que pesem os sinais de gestão deficitária, como a ausência da placa metálica com o poema de Antonio Tavernard que se encontrava no obelisco entre o Terminal e as ruínas do Educandário. (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Obelisco com a poesia “Similitudes” de Antônio Tavernard

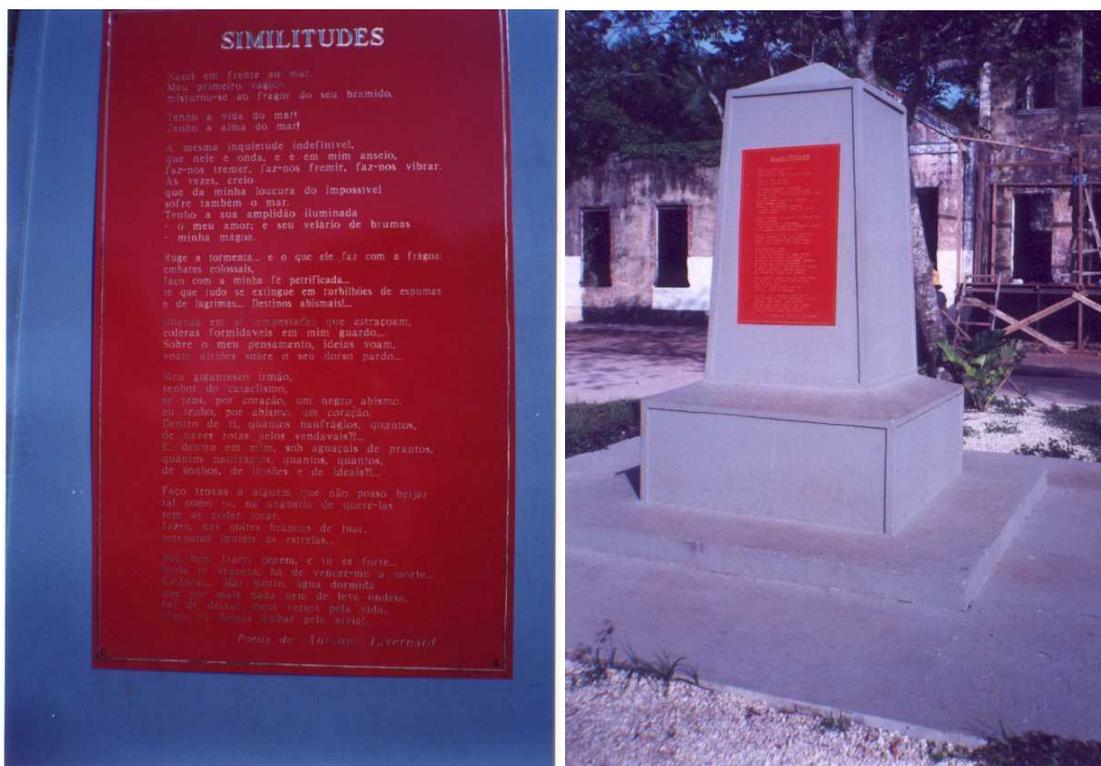


Foto G.A.D.G. (2001)

Similitudes

Nasci em frente ao mar.
Meu primeiro vago
misturou-se ao fragor do seu bramido

Tenho a vida do mar!
Tenho a alma do mar!

A mesma inquietude indefinível,
que nele é onda, e é em mim anseio,
faz-nos tremer, faz-nos fremir, faz-nos vibrar.

Às vezes, creio
que da minha loucura do impossível
sofre também o mar.

Tenho a sua amplidão iluminada
- o meu amor; e seu velário de brumas
- minha mágoa.

Ruge a tormenta... e o que ele faz com a frágua:
embates colossais,
faço com a minha fé petrificada...
té que tudo se extingue em turbilhões de espumas
e de lágrimas... Destinos abismais!...

Guarda em si tempestades que estraçoam,
Cóleras formidáveis em mim guardo...

Sobre o meu pensamento, idéias voam,
voam alciões sobre o seu dorso pardo...

Meu gigantesco irmão,
Senhor do cataclismo,
se tens, por coração, um negro abismo,
eu tenho, por abismo, um coração.
Dentro de ti, quantos naufrágios, quantos,
de navas rotas pelos vendavais?!...
E, dentro de mim, sob aguaçais de prantos,
quantos naufrágios, quantos, quantos,
de sonhos, de ilusões e de ideais?!...

Faço trovas a alguém que não posso beijar
tal como tu, na angústia de querê-las
sem as poder tocar,
fazes, nas noites brancas de luar,
serenatas inúteis às estrelas...

Sou bem fraco, porém, e tu és forte...
Nada te vencerá, há de vencer-me a morte...
Embora!... Mar morto, água dormida
que por mais nada nem de leve ondeia,
hei de deixar meus versos pela vida,
como tu deixas âmbar pela areia!...

Antônio Tavernard

A gestão municipal deficitária compromete aquele patrimônio histórico (ruína do Educandário Nogueira de Faria) que foi tombado pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) em 1993, atual Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). A intempérie do clima da Amazônia é um catalizador para a destruição daquele patrimônio histórico, por isso, se faz necessária a conservação e/ou uma reutilização daquele tombamento, mantendo-se a forma, embora parte dela esteja destruída ou deformada, porém, exercendo outra função. Esta nova funcionalidade poderia ajudar a preservar aquele patrimônio histórico e ser um gerador de economia pra os moradores da ilha.

A chegada

Quando se chega na Ilha de Cotijuba, a sensação é de estar em um lugar tranquilo, cercado de um ambiente predominantemente natural, assim como predomina o silêncio sobre o barulho peculiar das cidades, ou os sons da natureza como o marulhar do estuário, o farfalhar das árvores, o canto dos pássaros. Em frente ao Terminal Hidroviário Poeta Antonio Tavernard, conhecido como Trapiche, as ruínas do

Educandário Nogueira de Farias se impõem demonstrando o passado que ali se materializou. Às proximidades do Trapiche há uma praça, quiosques de vendas e a Rua Magalhães Barata. Um ambiente natural e de calma que se mistura com as transformações humanas no espaço. Essa calma é quebrada por minutos, antes, durante e depois de barcos “pô, pô, pô”, - o termo se refere a uma onomatopeia produzida pelo barulho do motor do barco -, atracar e desatracar no trapiche. Principalmente nos finais de semana, feriados e no mês de julho, parece que o urbano se sobrepõe ao cenário de calma peculiar do lugar. É nesta rua (Magalhães Barata) que estão as ruínas do Educandário Nogueira de Farias e os transportes que aguardam nativos, trabalhadores e turistas para levá-los aos seus destinos e moradias. De fato a Magalhães Barata é uma via que corta a ilha de Sul a Norte, tornando-se por isso, a principal rua de toda a ilha. A sede do MMIB ali se localiza, indicando portanto sua situação estratégica, de fácil identificação e acesso tanto aos membros, moradores ou não da ilha, como visitantes que tem uma referência clara dessa localização. (Fotografia 8)

Fotografia 8 - Rua Magalhães Barata, Ilha de Cotijuba – Belém, Pará



Foto O.M. (2016)

São três as opções de transportes dentro da ilha de Cotijuba: as motocicletas (mototáxis) que são comuns nos grandes centros urbanos; uma espécie de ônibus em tamanho menor, sem motor e semi aberto, que é arrastado por um trator, tipo pula pula - esses tipos de transportes são conhecidos na ilha como “bondinhos”; e por fim tem as charretes à tração animal (cavalos) ou por motos (as motorretes). (Fotografia 9).

Fotografia 9 - Meio de transporte de passageiro de tração animal (charretes)



Foto O.M. (2017)

As charretes normalmente transportam entre 4 a 8 pessoas são os transportes de passageiros mais antigos na ilha. Existem dois grupos de charretes: as azuis, dirigidas pelos homens, e as rosas, dirigidas pelas mulheres, indicando que elas vêm ganhando espaços em todos os campos de trabalho, inclusive em alguns considerados até poucos anos atrás como de domínio exclusivo do universo masculino, como o dos charreteiros.

Para ir até a sede do MMIB tem-se as seguintes opções: de motocicleta, bicicleta, de charrete, de bondinho ou pode-se ir a pé. Ir a pé foi a minha opção preferida para percorrer cerca de 1 km de caminhada, forma de ir conhecendo melhor o lugar e as pessoas. Ir em caminhada foi um hábito que aprendi com o professor Gutemberg Guerra, pois é sempre assim que faz quando vai a ilha. Desta forma, pode-se fazer observações e registros detalhados das permanências e transformações que se operam na paisagem e nas práticas dos ilhéus. É uma forma de se tornar presente no lugar, interagir com as pessoas e exercitar o olhar para os aspectos cotidianos da ilha. A

atividade comercial, o movimento de pessoas no ir e vir para o trabalho, o transporte de pessoas e materiais nos veículos típicos da ilha (bicicletas e motos são os mais frequentes). O caminho a pé nos coloca as possibilidades de parada para adquirir alguma coisa para contribuir com o lanche, ou com o mutirão nas atividades do MMIB. O trabalho antropológico a que nos dispusemos implicava nessa presença no campo e por isso, cada ida exigia um esforço de apreensão de cada movimento, desde o porto/trapiche de Icoaraci até a permanência, em geral de uma jornada/diária, em contato com os membros do MMIB. As 14 viagens feitas certamente poderiam ter sido melhor aproveitadas se se prolongassem por vários dias, mas esteve fora de cogitação e possibilidades essa alternativa. Considerou-se que as reuniões e encontros para atividades coletivas seriam os momentos priorizados na pesquisa. A inserção do grupo do whatsapp, nos colocando em contato diário com 45 pessoas foi o recurso importante dessa imersão e entrada no campo, elemento crucial de realização dessa dissertação.

A estrada conhecida como a Rua Magalhães Barata, feita de piçarra, cascalho de areia e pedra, no inverno faz lama e no verão muita poeira, mas mesmo assim a caminhada é agradável por conta da riqueza da arborização e ventilação natural. Nunca se caminha sozinho, pois a rua paralela ao rio possibilita ver, em espaços intervalados, o rio banhando a ilha e os barcos a navegar, te acompanhando a cada passo. A Prefeitura de Belém iniciou em dezembro de 2015, segundo a placa informativa, uma obra nesta rua, onde pretende realizar a pavimentação do trecho compreendido entre o Trapiche e a feira. Parte dessa obra já foi feita em bloquete. Neste trajeto, do Trapiche em direção à sede do MMIB, passamos pela feira, pela área comercial da ilha, por residências dos moradores e dos que têm casa para fins de semanas e feriados. Neste perímetro se observam equipamentos públicos do Estado e do município de Belém, entre eles: Unidade Saúde da Família - Cotijuba, Unidade Municipal de Saúde de Cotijuba, Polícia Militar do Pará. Há templos religiosos católicos e evangélicos e Organizações não Governamentais - ONGs, como a Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba e Ilhas Adjacentes – AMICIA e o MMIB. Entre essas edificações é possível apreciar a natureza pela presença das árvores e o rio. Quanto mais nos distanciamos do porto indo em direção à Sede do MMIB ou Praia do Vai-Quem-Quer, menor é a ação antrópica e maior é o domínio da natureza. Guerra (2007, citado por CRESPI&GUERRA, 2013, p. 177) aponta que “Cotijuba vem sofrendo uma descaracterização da vegetação natural pelo desmatamento, inclusive nas áreas de várzea e mangue da ilha, acendendo o debate

sobre as melhores formas de gestão deste espaço”. Seja de transporte motorizado, seja de tração animal, de bicicleta ou a pé é muito bom estar no local que transmite aos visitantes uma sensação de paz e do ambiente campestre.

O Tema

O tema dessa dissertação é uma composição de categorias teóricas que se entrelaçam, mas é dada ênfase aos Produtos Florestais não madeireiros trabalhados pelos participantes do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém. A caminhada durante o mestrado resultou nesta proposta que se construiu por tentativas e ajustes até a formulação que ora se apresenta. Os princípios da agroecologia estão inseridos nesta pesquisa.

A Agroecologia está relacionada com o primeiro recorte mobilizador de minha atenção, e entra nessa história quando pensava fazer a pesquisa na Região Nordeste Paraense. Nesse espaço geográfico a proposta de pesquisa era sobre as práticas agroecológicas em uma localidade que tivesse as características estruturais das que tinha percebido quando em visita a Irituia e Tomé-Açú, municípios do Estado do Pará marcados por práticas realizadas por agricultores com essa perspectiva.

Foi estudando o conteúdo para fazer a prova de admissão no mestrado, que fui conhecendo o significado e a importância da Agroecologia. Durante as disciplinas do curso e em especial na disciplina “Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (SAFs)” ministrados pela professora Tatiana Deanne de Abreu Sá e o professor Osvaldo Ryohei Kato, ambos da EMBRAPA – Amazônia Oriental, que os ensinamentos foram solidificando a ideia da pesquisa sobre a Agroecologia, em Sistemas Agroflorestais nos quintais dos agricultores familiares da Região. A escolha do primeiro espaço geográfico surgiu quando do trabalho de campo da referida disciplina, nos municípios de Tomé-Açú, Acará e Irituia, áreas de presença de SAFs de evidente apelo agroecológico. É neste período, ainda confuso sobre o que pesquisar e tentando compreender a complexidade da Agroecologia e dos SAFs, que fui me definindo em estudar a Transição de sistemas de produção convencional para um modelo agroecológico, mas essa transição se dando em território amazônico. As dificuldades com a orientação, a inexperiência sobre o tema, o pouco conhecimento do recorte da pesquisa e o

esgotamento do tempo para se definir o objeto e o recorte, foram decisivos para que eu desistisse desse primeiro projeto naquela região.

Sabendo do meu interesse sobre Agroecologia e seu interesse em estudar uma organização de mulheres assentadas na Ilha de Cotijuba, o orientador, professor Gutemberg Guerra, me propôs um desafio. Isso aconteceu em frente ao prédio do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, na saída da instituição, quando ainda não tínhamos definido o local da pesquisa e o objeto de estudo era apenas uma possibilidade. Nosso prazo para a qualificação do projeto estava se esgotando. A proposta do orientador era estudar em Cotijuba, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB. Confesso que de imediato fiquei um pouco assustado e pensativo: “O que é que eu vou fazer nessa ilha, meu Deus!”. Nesta ilha já tinha ido algumas vezes como turista, indo diretamente às praias do local e nada mais, sem nenhum olhar de preocupação com a natureza, com o que existe e nem com quem nela habita: “Pesquisar uma organização de mulheres numa ilha, isso não!” Nunca pensei que esse pudesse ser um tema de pesquisa e nem como isso se articularia com a Agroecologia que me era tão cara depois das disciplinas que fizera! Entretanto, não tinha muito tempo, então disse ao meu orientador “Eu vou! eu topo!”, mas com o pé atrás, com medo do que seria tudo isso.

Com o desenvolvimento da pesquisa para a dissertação e compreendendo melhor a dinâmica do MMIB; as especificidades do MMIB; o espaço (lugar) da pesquisa, não ser uma região rural, mas periurbana, acordamos (pesquisador e orientador) na retirada do tema da pesquisa do termo “Agroecologia” e do não aprofundamento do mesmo na dissertação. Entretanto, mesmo de forma não aprofundada, o termo Agroecologia é mencionado e entrelaça-se pelo tema, pois, as práticas agroextrativistas ecológicas estão presentes na atuação do MMIB. O uso não predatório dos recursos vegetais, por si só, permitem essa associação com a agroecologia, enquanto uso sustentado ou relação saudável entre homem e natureza

A categoria gênero é inserida no tema por ser parte do objeto, já que a organização e suas relações socioambientais e políticas foi o objeto da pesquisa, sendo o movimento de mulheres, o principal protagonista das ações na ilha. Eu particularmente, também queria retirar a categoria gênero do tema, por receio de entrar nesta discussão da qual não tinha nenhum conhecimento, por entender que o tema estava abrangente

demais e, ainda, por perceber naquele momento que embora a organização fosse de mulheres, a luta feminista não era o objetivo principal e direto do movimento. Isso não significava que estavam alheias às questões feministas como a luta por garantias de direitos e igualdades de gênero. O MMIB vai além das questões do gênero, pois é uma organização envolvida em situações que perpassam pelo social, ambiental e político. Ao mesmo tempo em que discutem e participam do movimento feminista, estão atuando no “lugar” nos problemas que envolvem o dia a dia das comunidades das ilhas.

Por fim, a categoria produtos florestais não madeireiros - PFNMs. Essa categoria se insere e se impõe a partir de diálogo com o orientador, que sendo estudioso das ilhas de Belém, conhecia o MMIB como articulador da relação ambiental e comercial entre os agricultores (produtores de priprioca, *Cyperus articulatus*, L) e a empresa de cosméticos, compradora da produção, e conhecia igualmente os projetos de geração de renda, produção de artesanato, sendo os PFNMs a base dessas atividades. Esses conhecimentos sobre o uso e a cultura extrativa dos PFNMs e o intuito de entender a grandeza dessas atividades extrativas para os ilhéus, as perdas e ganhos na relação da produção agroextrativa e a comercialização dessa com a empresa compradora, intermediada pelo MMIB, foram fundamentais para assumir esta categoria PFNMs como um dos componentes transversais do tema que vinha se desenhando no projeto.

A visita a Cotijuba e ao MMIB no dia 10 de outubro de 2015 foi o ponto de partida para assumir o objeto de pesquisa. Neste dia tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, através de seus membros fundadores, a história desta organização, sua base física (a sede), onde ocorre a maior parte das atividades, a interação dos membros da organização com os moradores da ilha, as empresas e as instituições parceiras do MMIB. Os membros A. G., R. de A., G. F. e A. G. falaram sobre a trajetória de luta daquele grupo, suas relações com a comunidade, com o Estado, organizações privadas e não governamentais, seu desempenho no que concerne ao incentivo à produção, comercialização dos produtos naturais, à promoção de ações e execução de projetos voltados para a recuperação da autoestima e à busca por direitos, dignidade e justiça social. A conversa com as lideranças e a perspectiva de um trabalho junto a elas ao estilo de pesquisa participante foi se desenhando, ora pela expectativa delas, ora pelo meu interesse de exercitar uma pesquisa que pudesse resultar em dissertação.

Fala e conversas foram os procedimentos mais utilizados para a coleta de informações que permitiu uma apreensão do objeto de pesquisa, qual seja o uso de

PFNMs pelos ilhéus. Embora conduzidos com um tom de informalidade, tentávamos manter o assunto nas atividades produtivas, em particular ao cultivo da pirioca e na coleta da ucuúba. O fato de vários desses encontros ocorrerem na sede do MMIB reportava-nos invariavelmente ao diálogo sobre o artesanato, fonte mais evidente da geração de renda para os participantes do MMIB.

As falas foram registradas no caderno de campo, com imagens feitas no aparelho celular. A partir desse registro fomos construindo o texto, traduzindo a percepção sobre o uso dos PFNMs, e a rica interação dos membros do grupo.

3.2 O LUGAR DA PESQUISA: SEDE DO MMIB

A Sede do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB (Fotografia 10) está assentada na Ilha de Cotijuba em Belém do Pará na Rua Magalhães Barata, 935. Embora tenha atuação em outras ilhas de Belém é principalmente em Cotijuba que as ações e projetos do movimento são mais intensos. O lugar onde acontece a maioria das atividades, a Sede do MMIB, é lugar bom de estar. Cercado de verde e com uma estrutura arejada e aberta, diferente do habitual da cidade de Belém, lá não tem muros de tijolos, somente cercas feitas de estacas e arames preenchidas com uma vegetação arbustiva. Essa visão é incomum para quem vem da cidade e está acostumado com muralhas e grades. Na frente da entidade o nome da sede talhado em madeira, com dois emes minúsculos e as iniciais IB em maiúsculas (*mmIB*), chama a atenção de quem passa na rua.

Fotografia 10 – Sede do MMIB, Ilha de Cotijuba



Foto O.M. (2.016)

Na cor da sede predomina o violeta, induzindo a uma imediata associação com o gênero feminino. Logo após a cerca, há uma área descoberta e gramada e, em seguida, inicia-se a estrutura física da sede com uma espécie de varanda ou hall que serve de área de recepção, onde o piso é cimentado e pintado de tinta na cor de cerâmica avermelhada. Este tipo de piso predomina em todos os espaços da sede. O verde da natureza que é íntimo ao espaço físico se mistura com o lilás (violeta) tornando o ambiente agradável e bonito. É no hall de entrada que ficam estacionadas as bicicletas de quem frequenta o lugar. Neste mesmo espaço encontramos alguns bancos grandes em madeira, que servem para o descanso de quem chega de bicicleta ou a pé (Fotografia 11). Nessa área não é permitido o estacionamento de motos.

Fotografia 11 – Vista da entrada da Sede do MMIB, Ilha de Cotijuba



Foto O.M. (2016)

Após o hall, um corredor largo de aproximadamente 2,5m, separa as primeiras estruturas físicas: à esquerda uma biblioteca, denominada de sala de leitura. É uma biblioteca comunitária que está à disposição dos moradores da ilha. Na direita tem outra sala onde está em exposição e à venda a produção artesanal das mulheres do MMIB. Nesta sala podem ser encontrados produtos como biojóias, blusas, bolsas, cerâmicas, produtos feitos com materiais recicláveis, toalhas, tapetes feitos em crochê e outros artigos produzidos pelas associadas artesãs e moradores da ilha.

Ao lado direito do corredor têm dois banheiros e do lado esquerdo, após a sala de leitura tem a sala de informática com possibilidade de acesso à internet, utilizada para cursos e uso comunitário. Atrás das salas de leitura e informática há uma saleta (escritório) onde são guardados os documentos da entidade. Logo após o hall, entre as salas da direita e da esquerda, formou-se um corredor, e este corredor termina em uma área anexa à cozinha, à direita. Esta área não tem um nome definido pelo MMIB podendo se chamar refeitório ou sala multiuso, pois ela é utilizada para diversos fins:

refeitório, reunião, produção de artesanato e espaço de conversas entre os frequentadores. Muita gente se concentra nesta área, talvez por ser aberta e arejada e/ou por estar anexa à cozinha. No centro deste espaço há uma mesa em madeira com dois bancos e um lavatório de louça fixado na parede. É um espaço aberto, de meia parede.

A cozinha é grande e estruturada com pia e fogão a gás. Ao lado da cozinha tem a última sala da sede, que é utilizada para a guarda de material de limpeza, ferramentas e utensílios. Este é o espaço físico principal da sede, porém há mais dois anexos: o espaço Centro de Convivência da Terceira Idade e o Galpão de Produção Artesanal. Esses anexos ficam atrás da sede. Saindo do espaço multiuso chega-se ao primeiro anexo, o Centro de Convivência da Terceira Idade (Fotografia 12). É neste espaço que funciona o Projeto Vida e Companhia - PVC. Entre o espaço multiuso da sede e o PVC há uma área livre com cerca de 5 a 6 metros. Para acessar esta área percorre-se uma passarela feita de cimento e o restante são plantas com destaques para os pés de açaí e acerola. O centro de convivência é um espaço semi aberto, pois parte de suas laterais são fechadas com madeira em treliças, permitindo ventilação e claridade adentrar no espaço. Sua arquitetura é arredondada e coberta com telha de barro. Há duas portas largas de entrada e saída e três grandes janelas. O Centro de Convivência da Terceira Idade é estruturado como salão principal, servido de banheiros masculinos, femininos e banheiro adaptado para deficientes físicos, uma cozinha e três saletas equipadas com data show, computador, ventiladores, mesas e cadeiras. Esse espaço foi construído com recurso de Repartição de Benefícios, por conta da produção e comercialização da ucuúba intermediados pelo MMIB.

A repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado poderá constituir-se nas seguintes modalidades: I - monetária; ou II - não monetária, [...] (BRASIL, 2015, art. 19)

Fotografia 12 – Sede do MMIB, anexo 1 – Centro de Convivência da Terceira Idade



Foto O.M. (2016)

Nesse espaço são realizadas, além do Projeto Vida e Companhia – PVC, reuniões, palestras e oficinas. É um espaço anexo, porém com toda estrutura para funcionar independentemente.

Adentrando nas dependências do MMIB iremos em direção ao último anexo desse complexo, o Galpão de Produção Artesanal (Fotografia 13), que fica nos limites do lote. Entre o Centro de Convivência da Terceira Idade e o Galpão de Produção Artesanal tem uma área livre de aproximadamente 15 metros de comprimento e 10 de largura, sem construção, exceto um depósito feito em madeira para armazenamento de sementes de ucuúba, um espaço de produção de mudas e uma estufa artesanal de secagem de sementes.

Fotografia 13 – Sede do MMIB, anexo 2: Galpão de produção artesanal -Núcleo produção da Escola Ribeirinha de Negócios



Foto O. M. (2016)

O Galpão é um espaço aberto, medindo cerca de 10m x 13m, com piso cimentado, coberto com telha de amianto e tem a seguinte estrutura: três banheiros e dois depósitos. Esse espaço é utilizado para a produção de artesanato e para aulas práticas (oficinas). Este espaço foi construído, através do Projeto Escola Ribeirinha de Negócios (ERN), desenvolvido no ano de 2015 em parceria com o Instituto Peabiru e objetivava capacitar e estimular a produção artesanal do MMIB.

Soma-se a essa descrição física do ambiente, um grupo de mulheres que estão à frente do MMIB com as seguintes características: organização, sensibilidade, coesão e solidariedade. Essas características têm possibilitado para as mulheres e suas comunidades a busca por vida digna, justa e libertária. Uma das mais evidentes manifestações de coesão, respeitando-se as diferenças, pode ser verificado no conjunto de mensagens que circulam no whatsapp. As manifestações de diferenças não implicam em descortesia ou agressividade. Ao contrário, caracterizam-se pela gentileza e debate fraterno

3.3 EM COTIJUBA, AS MULHERES SÃO AS REFERÊNCIAS.

Nos movimentos sociais em geral as mulheres estão sempre presentes, fortalecendo as lutas ou dirigindo-as. Entretanto foi a primeira vez que me aproximei de uma organização de mulheres. Na primeira visita que fiz ao MMIB foi para conhecer o trabalho e as pessoas que estavam à frente dele. Não cheguei lá como um desconhecido, mas como pessoa indicada pelo professor Gutemberg Guerra, o qual já tinha com esse movimento uma relação anterior. Neste primeiro contato com membros do movimento, tive uma excelente acolhida e no pequeno grupo que me recepcionou pude perceber a presença e participação masculina, conforme tinha me informado o professor Gutemberg. Os primeiros contatos foram para criar e fortalecer vínculos com os membros do movimento, pois seria uma forma de ganhar a confiança e viabilizar meu trabalho de pesquisa. Confesso que não foi difícil, mas o respeito, a seriedade, a solidariedade e a humildade foram e ainda são importantes para conquistar a confiança e o respeito de seus membros e através disso conseguir desenvolver as metodologias, principalmente a observação participante, ter acesso às informações e documentos para dar consistência à pesquisa. As mulheres e também os homens do MMIB são comprometidos com a entidade e a contribuição de cada um na instituição traz uma dosagem de satisfação e prazer, que é acrescida com a relação de amizade entre seus membros. É assim que percebo, e o resultado desta unidade é uma organização de referência nas ilhas, em Belém e em outros lugares fora do município. Por sua acolhida, organização e trabalhos desenvolvidos para as comunidades se referenciam como um movimento legítimo e atuante.

3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para essa pesquisa, sua sustentação teórico-conceitual e suas hipóteses, definimos os procedimentos de coleta e análises de dados que trouxessem respostas aos questionamentos orientadores da pesquisa, a partir das questões formuladas no problema de pesquisa.

A metodologia da pesquisa correspondeu à coleta de dados de campo e à pesquisa de literatura que foi se construindo paralelamente, ou seja, pesquisa de campo e pesquisa literária complementaram-se formando um arcabouço de conhecimento que possibilitou este trabalho. Na fase de coleta de dados em campo, através de levantamento de dados primários foi utilizado o método da observação participante,

integrada a entrevistas qualitativas e semi estruturadas. Essa foi a principal ferramenta de coleta de dados em campo. Os recursos de coleta de dados usados foram: Internet (grupo do whatsapp, facebook, email), roteiro de entrevista, celular, caderno de anotações, canetas, gravador, máquina fotográfica... Vale lembrar que o objeto da pesquisa está em uma ilha. O uso do questionário, na verdade, um roteiro de entrevista, foi restrito e usado em algumas situações como um norteador das indagações, pois esse tipo de instrumento, gera no pesquisado um desconforto e pouca liberdade de manifestação. Na outra ponta, a pesquisa secundária que de certa forma, aconteceu paralelamente à pesquisa de campo, criamos uma base teórica que nos possibilitou a entender e organizar os dados trazidos do campo.

3.4.1 Método: uma etnografia virtual é possível

As páginas virtuais na internet, os correios eletrônicos e as redes sociais são exemplos de comunicação e informação usados cada vez mais para o acesso à pesquisa. Segundo Mill e Fidalgo (2007, p. 2) “os meios virtuais podem significar uma transformação benéfica e, de certa forma, radical nas propostas metodológicas de investigações futuras”. Essas têm sido importantes ferramentas que utilizei na pesquisa, pois esses meios contribuíram para o acesso à comunicação e informações, trazendo provas documentais, como vídeos, áudios, imagens e textos, além de um diálogo cotidiano que permitiu identificar posicionamentos e um comportamento próprio do grupo. Através destes instrumentos virtuais houve possibilidades do uso tanto da linguagem formal, como da linguagem informal. Em um email, por exemplo, podemos usar uma linguagem mais formal, mas dependendo do contexto comunicativo e que ferramentas estamos utilizando como, as redes sociais (facebook, whatsapp e outros) a linguagem pode ser informal, sem deixar de tratar o assunto com responsabilidade e seriedade.

Logo depois dos primeiros contatos, feito o recorte da pesquisa e estabelecida relação objetiva com o ator principal, o MMIB, muitas informações e provas documentais foram acessadas por esses meios. Entre os canais utilizados destaco o uso da rede WhatsApp.

Para Mill e Fidalgo (2007, p. 4) “o bate-papo ou o fórum de discussão faz uso principalmente da linguagem escrita, mas também se pode utilizara linguagem oral ou a imagem”. Vários motivos dão à rede de comunicação whatsapp, a primazia: primeiro

por ser no Brasil, o segundo mais utilizado nessa linha de redes sociais. “Entre os internautas, 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%)” (BRASIL, 2014, p. 7)⁴. Depois, pela rapidez e os recursos oferecidos, como: o envio e recebimentos de textos, imagens, fotos, documentos, áudios e vídeos. É incontestável a eficiência e facilidade que traz para quem acessa. Portanto, ter este meio como instrumento da pesquisa foi um recurso eficaz, ainda mais considerando que o recorte da pesquisa, inclui as ilhas de Belém, em particular a de Cotijuba. Se considerarmos uma região mais longínqua e de difícil acesso, o uso desse meio para o pesquisador pode ser ainda mais necessário e fundamental, caso o sinal de comunicação o permita. O uso dessas ferramentas não substitui a presença em campo, principalmente em pesquisas na área das ciências sociais e particularmente no Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – MAFDS/PPGAA/UFPA/EMBRAPA, em que a pesquisa de campo se faz em diálogo com a pesquisa bibliográfica. O que afirmamos é que os meios virtuais são canais importantes, contemporâneos e um suporte que vem se demonstrando eficaz como instrumento de coleta de dados.

Mill e Fidalgo, no artigo “A internet como suporte técnico para coleta de dados para pesquisas científicas”, dizem:

A tese explorada neste texto é que, com o advento e a evolução das ferramentas virtuais (tecnologias da informação e da comunicação), isto é, com o advento da Internet, os suportes comunicacionais adotados para o uso das técnicas de coleta de dados ganharam um reforço extremamente importante e rico (2007, p. 1 e 2).

Outro meio utilizado para a pesquisa, menos acessado, mas não menos importante foi o correio eletrônico (e-mail) pelo qual tive acesso a diversos documentos do MMIB. “E-mail ou correio eletrônico é um serviço disponível na Internet estabelecido a partir do envio e recebimento de mensagens entre seus usuários” (MILL e FIDALGO, 2007, p. 5). Em uma linguagem formal solicitei documentos, justificando o objetivo para a solicitação e o compromisso de não usá-lo para outros fins que não os da elaboração dessa pesquisa. Desta forma tive acesso a documentos como o estatuto social, relatório anual das ações da entidade, entre outros gentilmente enviados pela

⁴Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (PBM-2015) foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBPOP. “Encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) para compreender como o brasileiro se informa, a PBM 2015 foi realizada pelo IBOPE com mais de 18 mil entrevistas” (BRASIL, 2014, p. 7).

direção. Considerando que para o acesso a estes documentos não se fez necessário ir sempre à Sede do MMIB, houve uma economia de tempo e custo financeiro. É claro que para o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB ter atendido a esta solicitação foi necessário se criar com a entidade e o pesquisador um nível de relação de confiança e respeito e isso só se constrói *in loco*. Foi isso que fiz nas diversas vezes que fui ao local, em algumas dessas viagens, acompanhado orientador da pesquisa, participando de mutirões, oficinas e atividades culturais, possibilitando-me certa “bagagem” e depois foi só fortalecer os vínculos e as relações com os membros da entidade, através do respeito, da solidariedade, da colaboração e do compromisso com o que estava me propondo realizar e partilhar.

3.4.2 Método: MMIB - Grupo do whatsapp

O grupo do whatSapp do MMIB foi criado em 04 de junho de 2014 por Adriana Gomes, uma das coordenadoras do movimento, sendo que o grupo tinha 43 membros e era administrado pela sua criadora. Esse Grupo, seguindo o perfil do MMIB, é formado por mulheres e homens, sendo delas a predominância. Dentre esses membros estão presentes coordenadores da entidade, associadas e associados, parceiros, colaboradores, pesquisadores de Instituições científicas públicas e privadas, membros de ONGs, entre outros. Eu e o orientador da pesquisa, professor Gutemberg Guerra, fomos inseridos no grupo na condição de pesquisadores e colaboradores da entidade. A intenção ao solicitarmos a entrada no grupo, inicialmente, foi a de poder acompanhar as suas ações, em particular as formas de mobilizações e articulações da entidade. Com a vivência desse relacionamento pudemos perceber que esse veículo de comunicação tem outras virtudes que fortalecem a identidade do próprio grupo, seja pelas mensagens referentes às atividades específicas do MMIB, seja por outras que dizem respeito à saúde, educação, transporte, política, religião, esporte, emprego, segurança, saneamento e utilidades públicas ou ainda pela relação de amizade, companheirismo, sociabilidade e solidariedade que em diversos momentos são explicitados no grupo.

O grupo virtual é dinâmico, informativo e um dos principais meios utilizados pela direção da entidade para publicizar, articular, informar, animar e mobilizar membros associados, parceiros e colaboradores a participarem das ações e projetos realizados pela entidade. Para nós pesquisadores é um importante instrumento de comunicação e informação, de coleta de dados, e de um caminho efetivo para a investigação, entretanto, reafirmamos que embora esse veículo nos permitisse uma

presença e acompanhamento diário das ações e diálogos do grupo, tais possibilidades não substituem a presença em campo.

A Sede da organização está localizada em uma ilha, dificultando a mobilidade de quem está à frente da entidade fazer pessoalmente as devidas publicidades e articulações das ações em todo o território de abrangência. Deve-se levar em conta que a disposição geográfica das moradias dos participantes do MMIB é de dispersão no vasto território insular belemense, o que torna o veículo virtual um importante instrumento de comunicação. Outro fator que deve ser levado em conta é o custo dessa mobilidade. Sendo essa feita pelas redes sociais os gastos são acessíveis ou a custo zero. Esse modo de comunicação tem ajudado a entidade no processo de mobilização já que ela não tem uma receita fixa.

Essa rede de relações dentro do grupo do whatSapp permite que se conversem sobre as questões relacionadas aos interesses do MMIB, porém vai além disso, pois no grupo desenrolam-se outros assuntos que estão relacionados às atividades e interesses pessoais, como a preocupação pela saúde de um determinado membro, o compartilhamento de momentos felizes ou tristes, opiniões sobre assuntos da política, economia e outros, ou simplesmente uma postagem engraçada ou cordial para manifestar apreço, provocação jocosa, felicitações por conquistas realizadas ou sentimentos de pesar nos casos de doenças ou falecimentos. Esses tipos de assuntos, digamos, não relacionados à entidade eram e são possíveis pelo laço de amizade e solidariedade entre seus associados e as pessoas colaboradoras da entidade. Esses relacionamentos e comportamentos no grupo do whatSapp do MMIB podem ser observados pela etnografiavirtual, ferramenta capaz de auxiliar na observação do comportamento humano.

Entendo que só é possível um bom resultado desta articulação e mobilização, quando já se tem com as pessoas uma relação presencial construída ou em construção e, portanto, este tipo de meio virtual não substitui as relações presenciais, quando pensamos em pesquisa etnográfica ou semelhante. Para a direção da entidade, em alguns casos, funcionou como primeiro contato.

A sistematização e análise dos dados empíricos e teóricos coletados (entrevistas, as observações e as anotações em campo, leitura de mapas, a pesquisa bibliográfica) trouxeram como resultado a elaboração deste trabalho.

4 CAPÍTULO 1 GÊNERO

4.1 O MODELO PATRIARCAL, INVISIBILIDADE, VIOLÊNCIA, LUTAS E AVANÇOS.

4.1.1 Superioridade masculina.

No Velho Testamento aparecem nomes de grandes lideranças religiosas, os profetas e os enviados de Deus. Esses patriarcas, se não todos, mas a maioria era do sexo masculino, a exemplo de: Enoque, Noé, Abraão, Moisés, Jacó e tantos outros. O patriarca era a figura masculina, detentora de todos os poderes. Essa supremacia do homem sobre a mulher é percebida, portanto, nesses escritos antigos. Côrte Brilho (2015, p.54) na seção de sua tese, “Mulher, trabalho, gênero e patriarcado”, traz a interpretação de Muraro e Boff (2010, p. 52):

O homem fez da mulher a encarnação do outro no qual se permite descobrir, confirmar e projetar seu próprio eu. Todas as formas de antifeminismo, antigas e modernas se baseiam nessa dominação do homem sobre a mulher. Suas expressões perpassam todos os níveis sociais e até religiosos, como o cristianismo, constituindo o patriarcado como realidade histórico-social e categoria analítica (MURARO, BOFF, 2010, p. 52).

“Associado ao sistema capitalista, o patriarcado funciona como um sistema que reforça as estruturas de desigualdade e exploração do corpo e trabalho das mulheres” (PARADIS, 2014, p. 60). Segundo Paradis (2014, p. 60) “Apesar de anterior ao advento do capitalismo, o patriarcado se casa com esse sistema, de modo a naturalizar a opressão das mulheres”. A autora afirma que o patriarcado tem dominação masculina, sustenta a desigualdade e viola os direitos das mulheres e que predominou nas estruturas estatais (PARADIS, 2014, p. 55). O processo histórico de opressão das mulheres pelos homens é sustentado por uma sociedade patriarcal que há séculos subjuga as mulheres e tenta manter uma pseudosuperioridade, reafirmando que a mulher não pode ocupar ou ter os mesmos direitos por suas fragilidades físicas e inferioridades racionais. Esse enraizamento do patriarcado na sociedade significa que a luta das mulheres e dos homens que não concordam com esses ideais de superioridade são árduas, mas que há avanços consideráveis.

4.1.2 A mulher invisível

Historicamente a mulher foi renegada a uma condição de inferioridade ou de invisibilidade. Os avanços conquistados a partir das lutas das mulheres por iguais direitos possibilitam garantir um maior espaço na sociedade, porém a sociedade machista secular resiste. Faria (2005) nos traz questões relacionadas à menor participação das mulheres no mercado de trabalho e à menor renda entre homens e mulheres, mesmo exercendo a mesma função, isso no continente americano. “[...] a

participação das mulheres no mercado de trabalho continua inferior à dos homens, e persiste também a diferença salarial [...]. Isso continua acontecendo mesmo após o aumento da escolarização das mulheres, [...]" (FARIA, 2005, p. 18). O gênero feminino sempre sofreu as perversidades da sociedade machista. Sua liberdade sempre foi cerceada quer dentro de casa, quer na rua, quer no ambiente do trabalho ou escolar. Nas decisões, não tomava parte! Quando muito era consultada pelo marido. Cuidar da casa e dos filhos era o seu lugar, porém, não era considerado trabalho, pois, quem trabalhava ou trabalha é o homem. Seu trabalho na produção rural nas terras da família era ou são apenas uma "ajuda". Segundo MOTA *et al.* (2008, p. 159) "aos homens, caberia prover o sustento da família e às mulheres, complementá-lo, mesmo que, muitas vezes, elas aportem tanto quanto ou até mais do que eles". Na divisão do trabalho era reservada ou ainda é para a(s) filha(s) o trabalho doméstico, "que é coisa de mulher". As mulheres de Cotijuba que estavam organizadas no GMAPIC – Grupos de Mulheres da Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba e segundo Côrte Brilho (2015, p. 106), elas sentiam dificuldades devido à opressão de gênero, principalmente, as mães sem marido, além da invisibilidade do trabalho produtivo. "O trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica ficou durante muito tempo "oculto" nas estatísticas, "esquecido" nas análises econômicas e no debate político, pois escapava da ideia do trabalho produtivo de que o "tempo é dinheiro" (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p. 105). Os direitos políticos e a visibilidade da mulher no campo político, econômico e na família estão sendo conquistados, entretanto, essa negação permanece.

A coragem e a ousadia das mulheres do GMAPIC possibilitaram avançar para a formação do MMIB e conseqüentemente foram conquistando espaço e lutas para seus pares e para as comunidades das ilhas. É nesse contexto que a invisibilidade das mulheres organizadas das ilhas de Belém vai se ocultando e elas assumindo o protagonismo de suas próprias histórias.

4.1.3 A violência visível e invisível

Contrariamente à invisibilidade da mulher, a violência contra elas sempre existiu quer seja física ou psicológica, visível ou invisível, nunca acaba, como um "osso duro de roer", que insiste e persiste como um câncer do mal. A sociedade machista da mulher submissa, da mulher inferior, da mulher sem direitos, da mulher sem liberdade, da mulher burra, da mulher feita para servir ao homem mau, é munição, naturalizada, legalizada, é direito (minha propriedade), para as práticas violentas contra a mulher.

Para Carrasco (2012, p. 125) “O Direito é uma ferramenta que pode ser utilizada para dar novo significado a determinadas condutas enraizadas no modelo patriarcal, mas uma definição limitada de violência não é suficiente”. Para a autora é necessário discriminar todas as formas de violência para que se tornem visíveis e possíveis de punição. De acordo com FARIA (2005, p. 21) “As manifestações da violência são pressões psicológicas, maus tratos físicos, espancamentos, piadas, cantadas, humilhações, assédio sexual, estupro e assassinato”. Um machismo tão forte, duradouro que ainda no terceiro milênio ainda persiste, apesar de tantos avanços e leis contra tais atos. A cultura do patriarcado é a base que alimenta essa relação desigual e de submissão da mulher ao homem. Capra (2006) citado por CÔRTE BRILHO, 2015, p. 54) afirma:

A primeira transição e talvez a mais profunda, deve-se ao lento, relutante, mas inevitável declínio do patriarcado. A periodicidade associada ao patriarcado é de pelo menos três mil anos (...). O que sabemos é que a civilização ocidental e as suas precursoras, assim como, a grande maioria das outras culturas, basearam-se em sistemas filosóficos, sociais e políticos “em que os homens – pela força, pressão direta, ou através do ritual, da tradição, lei e linguagem, costumes, etiqueta, educação e divisão do trabalho – determinam que papel as mulheres devem ou não desempenhar, e no qual a fêmea está em toda parte submetida ao macho. (...) Era o único sistema que, até data recente, nunca tinha sido abertamente desafiado em toda história documentada, e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis da natureza; na verdade eram usualmente apresentadas como tal (...). O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo (...). (CAPRA, 2006, p. 27).

Como todos outros aspectos da opressão das mulheres, a violência sexista é um fato histórico, foi construída socialmente e tem sua base material na divisão sexual do trabalho, sustentada na construção de uma cultura patriarcal e misógina, que desqualifica as mulheres. A cultura ocidental na qual estamos inseridas está estruturada a partir de representações duais, através de símbolos como Eva e Maria (FARIA, 2005, p. 24).

Faria (2005) aponta que a violência contra as mulheres sinaliza o tamanho da discriminação que vitima as mulheres. A violência contra as mulheres continua sendo uns dos piores indicadores do quanto as mulheres ainda são discriminadas (FARIA, 2005). “De fato, e apesar do notável aumento de punições, as mulheres continuam sofrendo violências cotidianas [...]” (CARRASCO, 2012, p. 124). Faria, (2005) na sua produção “Mulheres e Exclusão na América Latina”, observa que o modelo econômico vigente no mundo, que tem como base o sistema capitalista, vem fortalecendo essa chaga contra as mulheres, já que o modelo aprofunda as desigualdades sociais e fragiliza o trabalho das mulheres, deixando elas cada vez mais vulneráveis. “A globalização e as condições econômicas cada vez mais precárias acrescentam a vulnerabilidade das mulheres frente a todos os tipos de violência” (FARIA, 2005, p.

21). Coelho & Roure (2014, p. 75) diz que no Brasil o problema da violência contra as mulheres é grave e que se sustenta pela formação de sociedade desigual e patriarcal e que embora os dados sobre a violência contra as mulheres ainda não responda à realidade, é possível ver a dimensão do problema. “Os dados e análises disponíveis sobre a violência sexista, ainda que apresentem apenas um fragmento de uma fotografia da realidade, dão uma ideia aproximada do desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas” (COELHO & ROURE, 2014, p. 75). Segundo as autoras, dados da Fundação Perseu Abramo de 2010, identificaram que 18% das brasileiras reconhecem espontaneamente ter sofrido alguma violência por parte de um homem, mas que se forem estimuladas por uma lista de diversos tipos de violência essa porcentagem chega a 40%. Isso equivale a 39 milhões de mulheres no Brasil que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, conclui as autoras.

Carrasco (2012) nos traz o lema da “vida livre de violência” e, para isso propõe a coeducação como a única medida preventiva para erradicar a violência machista. “A coeducação é indispensável para educar sem discriminações de sexo, ressalta a autora” (CARRASCO, 2012, p. 63). A autora diz que uma vida livre de violência dá condições de acesso à educação e ao conhecimento pois, a pessoa se encontra libertária e apta a exercer suas capacidades. A partir desta compreensão Carrasco acrescenta que a vida livre de violência é também condição de acesso à saúde, à segurança, ou seja, o direito à vida é que abre caminhos a todos os outros direitos.

Não há pretensão, nesse texto, de se comparar qual o pior tipo de violência contra a mulher, se a visível ou a invisível, já que ambas devem ser erradicadas da sociedade. É evidente que o que vemos ou percebemos fica mais fácil de combater, e que se soubermos o tamanho real do problema, fica mais fácil solucioná-lo.

A informação sobre as violências contra as mulheres melhorou nos últimos anos, quando foram surgindo novas suspeições de violência, mas a visibilidade continua sendo parcial e incompleta. Quase todas as estatísticas são policiais e judiciais e referem-se à violência criminalizada, isto é, à violência que pode ser denunciada como crime, e, dentro dessa categoria, os dados limitam-se à violência familiar e às formas limite e visíveis de violência física: as que atentam contra a vida ou a integridade física das mulheres, as que as deixam feridas, com contusões, fraturas (CARRASCO, 2012, p. 125).

A violência invisível é como um sofrimento oculto, por isso, é necessário que se quantifique e qualifique a violência contra a mulher, pois assim, fica mais fácil entender essa realidade e combatê-la.

4.1.4 Lutas e avanços

Nas últimas décadas a luta das mulheres, através do movimento feminista, por iguais direitos, contra discriminação e a violência e, por iguais direitos nas relações de trabalho, teve avanços consideráveis, quer seja na luta camponesa ou nas lutas das mulheres na cidade. “[...] a história das mulheres teria surgido nos anos 1960, com o movimento feminista exigindo que a historiografia apresentasse a participação feminina na história, resgatasse suas heroínas e que explicasse a opressão patriarca” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 130).

Diversas são as bandeiras que elas levantam organizadas em grupos, movimentos, associações, conselhos, clubes, ONGs ou a frente dos organismos de governos. Todas essas frentes têm os mesmos propósitos, ou seja, direitos iguais entre homens e mulheres, respeito e liberdade. Conquistar seu lugar seja no campo ou na cidade. “Mas também têm se organizado na luta contra a violência que as mulheres sofrem por serem mulheres, na reivindicação por saúde da mulher, creches, e nos últimos anos, por maior participação nos espaços de poder e decisão” (FARIA, 2005, p. 17).

A diversidade das bandeiras ou lutas perpassa pela não violência contra as mulheres, pela não discriminação étnica, de gênero ou religiosa, pelos direitos iguais no mercado de trabalho, por garantia de sua liberdade e etc. A luta das mulheres por mudanças está expressa em sua organização coletiva, nos movimentos sociais, mas também no seu esforço individual para ter acesso ao mercado de trabalho assalariado e à escolarização.

A luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres se fortalece a partir do ano 2000 através do Movimento Mundial das Mulheres – MMM. Esse movimento acusa o atual modelo neoliberal de sustentar e fortalecer o machismo e o tratamento desigual às mulheres.

O início do terceiro milênio é marcado pelo fortalecimento do movimento de mulheres, com a realização da Marcha Mundial de Mulheres, no ano 2000, contra a fome, pobreza e violência sexista. No Brasil, as mulheres trabalhadoras rurais aderiram a Marcha Mundial, realizando a Marcha das Margaridas (MOURÃO, 2004).

Tem como eixo a luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres. Segundo FARIA (2005) o MMM salienta que nessa política neoliberal há uma

polarização, em que uma pequena parcela de mulheres obtém ganhos nas relações sociais, ou seja, seus direitos e conquistas avançam, mas, no entanto, esses mesmos direitos não abrangem todas as mulheres, significando que a maior parcela das mulheres, são penalizadas pela não liberdade, pela desigualdade nas relações de trabalho, pela negação aos bens e serviços públicos e a viver na pobreza e na violência.

4.2 DIREITOS, IGUALDADE E PROTAGONISMO

4.2.1 Em busca de direitos, grupo de mulheres protagoniza suas histórias nas ilhas de Belém.

As diversas dificuldades sociais e ambientais que há nas ilhas de Belém, principalmente em Cotijuba, por conta de sua densidade demográfica, sua periurbanização e seu potencial atrativo turístico fazem com que comunidades ou categorias organizadas se pautem a lutar em prol de suas demandas socioambientais. Não muito diferente dos centros urbanos, Cotijuba sofre por falta ou insuficiência de aparelhos públicos que atendam suas necessidades. Entre as diversas dificuldades que os ilhéus vivenciam no dia a dia se destacam: a geração de renda, o transporte e a segurança. A conservação do ambiente natural sustentada por ser a ilha uma área “protegida”, - pela lei, entretanto na prática a flora e as praias da ilha vêm sendo destruídas -, tem trazido aos nativos preocupações com a degradação ambiental, quer por novos moradores não nativos, quer pelo movimento turístico que vem crescendo depois de melhoria na regulação do transporte hidroviário.

Uma questão mais específica, mas que não é privilégio de Cotijuba está relacionado às práticas machistas, à invisibilidade das mulheres e à baixa autoestima. É nesse contexto que um grupo de mulheres se junta e se organiza e começa um processo de lutas por direitos sociais e os direitos das mulheres em Cotijuba e outras ilhas. Hoje elas são apontadas como referências em Cotijuba por conta do protagonismo deste grupo.

4.2.2 MMIB: O começo, independência, protagonismo e as parcerias

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB foi constituído a partir do GMAPIC – Grupo de Mulheres da Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba, que sentiram a necessidade de mais participação e discussão sobre as questões sociais, econômicas e políticas da ilha. Em 1999, Antônia Maria Gomes da Silva, Assistente Social, sócia fundadora do MMIB e idealizadora e coordenadora do Projeto “Vida e Companhia”, assumiu a presidência da Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba –

APIC, segundo o RELATO EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM – (MOVIMENTO,2013). Em 2001 o GMAPIC decidiu deixar a associação (APIC) e fundar um novo grupo, o MMIB – Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, contando com a participação de mulheres, homens e jovens. Côrte Brilho (2015, p. 101) afirma que, pode-se dizer que este aspecto, foi o principal responsável pela fundação do Movimento de Mulheres das ilhas de Belém (MMIB), cujas raízes encontram-se na Associação de Produtores Rurais da Ilha de Cotijuba (APIC). Embora os homens possam fazer parte do MMIB como associados são as mulheres que estão à frente e exercem a liderança da organização. No MMIB ocorre eleição a cada dois anos, a coordenação é composta apenas por mulheres, os homens têm direito a voz e voto, mas não podem concorrer a cargos eletivos. Os cargos das coordenações são privativos das associadas fundadoras e efetivas que estiverem em dia com suas obrigações financeiras (MOVIMENTO, 2007, art. 14º, item II). A maioria das mulheres que participam da associação tem o nível médio completo, e algumas têm formação superior [...] (MOVIMENTO, 2013).

De acordo com o Estatuto do MOVIMENTO (2007) são vários os objetivos que as movem e, dentre eles citamos: a) Estimular e promover à organização comunitária, as atividades de geração de renda, a preservação e defesa do meio ambiente [...], b) Incentivar o desenvolvimento profissional como forma de elevação do nível social cultural e intelectual das associadas [...], c) III) Trabalhar políticas públicas com foco nas questões de gênero, violência, educação e combate ao preconceito de qualquer natureza bem como o acesso à saúde integral e à promoção dos direitos da mulher.

Para que se concretize o que está escrito em seu documento estatutário, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) desenvolveu e desenvolve projetos e ações socioeconômicas e ambientais em Cotijuba e adjacências, dentre eles o plantio e comercialização da pirioca, através de um trato com uma empresa de cosméticos. Há doze anos o projeto contribuiu para a comunidade trazendo beneficiamento econômico, fortaleceu a agricultura familiar, produzindo e seguindo os caminhos agroecológicos, além de ser um produto com certificação do Instituto Biodinâmico – BID. O Centro de Inclusão Digital – CID/MMIB foi outro projeto que teve a Fundação Bradesco como financiadora. Iniciou em 2011 e formou aproximadamente 200 alunos, em dois anos.

Iniciou da parceria com Fundação Bradesco até o março de 2012, com a formação básica em informática e acesso a internet, [...] O projeto teve início em 2011, este projeto promoveu a inclusão digital de aproximadamente 200 pessoas em 02 anos (MOVIMENTO, 2013).

Relatórios dão conta que o projeto oferecia a formação básica em informática e acesso à internet (Movimento, 2013) e que o curso de informática combinava o incentivo à leitura através da integração da Sala de leitura do MMIB. Ainda segundo o relatório de 2013, o Projeto foi fortalecido em 2012 por conta da parceria com a Universidade Federal do Pará –UFPA (Curso de Turismo) e o Instituto Federal do Pará – IFPA (Curso de Turismo). O serviço de Turismo de Base Comunitária – TBC foi oferecido para grupos escolares, universidades e visitantes, se propondo a mostrar a experiência de desenvolvimento institucional do MMIB e as belezas naturais da Ilha de Cotijuba. O documento afirma ainda que as parcerias possibilitaram a procura por novas trilhas e capacitação do grupo do MMIB. Por fim conclui afirmando que outra proposta foi desenvolver esta prática com as crianças das ilhas, mostrando a elas que um turismo sustentável é possível e possibilitando a elas desenvolver o sentimento de “ser/pertencer às Ilhas de Belém”.

O MMIB desenvolveu, a partir de 1999, o projeto de produção de papel artesanal e bijóias (Movimento, 2013). O projeto vem melhorando, a partir da participação em cursos, oficinas e feiras de empreendedores para a comercialização e divulgação do produto. A matéria prima é a fibra da pripioca, que antes era descartada (hastes) e somente a raiz da pripioca era comercializada, mas a fibra produz um papel forte e bonito. Outros materiais são produzidos com a fibra como blocos de notas, agendas, cadernos de anotações e embalagens diversas. O projeto tem as parcerias fundamentais do Instituto Peabiru, Mapinguari Design e o Bovespa Social. Juntos, estes organismos proporcionaram a construção de um espaço exclusivo para a produção artesanal, maquinários e capacitação em beneficiamento de sementes e produção de bijóias. Além de comercializar esses produtos o MMIB oferece oficinas para a comunidade.

Outro projeto apontado pelo Movimento (2013) é o Projeto Vida e Companhia (PVC) (Fotografia 14). Iniciado em 2013, este projeto foi beneficiado pela segunda Repartição de Benefício, que durante dois anos remunerou três pessoas para tocar o projeto, financiou a construção da sede, equipou com móveis e eletrodomésticos o anexo onde funciona o PVC. A primeira Repartição de Beneficiamento foi em 2008 e com este recurso deu pra construir a cozinha da Sede e equipá-la com eletrodomésticos.

Essas Repartições de Benefícios foram resultado do trato do MMIB com a empresa de cosméticos quando do acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético da Ucuuba.

Fotografia 14 – Atividade do Projeto Vida & Companhia – PVC



Foto: O.M. (2016)

“Além do desenvolvimento do PVC foi construído um Centro de Convivência da 3ª idade da Ilha de Cotijuba através da Repartição de Benefícios”, finaliza o relatório.

Nos últimos anos o MMIB vem comercializando a semente da ucuuba (*Viola surinamensis* (Rol.) Warb.). O Projeto Ucuuba (ou Projeto Virola) iniciado em 2009 é constituído pelo MMIB, a Universidade de São Carlos e a parceria com a empresa de cosméticos, compradora da produção. O Projeto de conservação da espécie, trouxe outras possibilidades para as comunidades locais. Desencadeado pela UFSCAR– Universidade Federal de São Carlos, com incentivo da empresa contratante, um projeto para a pesquisa da ucuuba na região envolve o reconhecimento e mapeamento das áreas extrativistas, produção de mudas e preservação da espécie pelo plantio de exemplares na Ilha (Fotografia 15).

Fotografia 15 – Projeto Virola (ou ucuúba): Sistema Agroflorestais – plantio de mudas.
Ilha de Cotijuba



Foto: Acervo Projeto Virola/Facebook (2015)

Nesta caminhada o Movimento de mulheres tem protagonizado ações e projetos. Desses, a maioria tem a parceria de organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas de ensino e pesquisa, bem como de empresas privadas. Essas ações e projetos têm sempre o propósito de trazer benefícios às associadas e aos associados do movimento, bem como a seus familiares e à comunidade em geral, e claro, priorizando seus membros associados. Capacitação profissional, geração de renda e educação sociopolítica e ambiental são os motes dessas ações e projetos.

A extração, o beneficiamento dos PFNMs e o cultivo estão inseridos nos principais projetos do MMIB, a exemplo do artesanato, a produção e comercialização da piprioca e da ucuúba, todos possibilitando geração de renda e sustentabilidade ambiental. Os projetos e ações desenvolvidos pelo MMIB estão direcionados a público diferenciado (crianças, jovens, mulheres, homens e idosos).

A diversidade de projetos e públicos garante um dinamismo o ano inteiro na entidade, que se completa com um número significativo de visitas. São pessoas, organizações, instituições de ensino e pesquisa e empresas, vindos de Belém, de outros

municípios, de outros estados, bem como de fora do país. Esses visitantes, de modo geral, vêm para conhecer e firmar parcerias ou simplesmente conhecer o trabalho realizado por mulheres em uma ilha periurbana na cidade de Belém.

As condições de invisibilidade, de inferioridade e baixa autoestima dessas mulheres das ilhas de Belém foi motivador preponderante a se unirem e protagonizarem suas próprias histórias. Fazem do MMIB uma das principais referências em Cotijuba, quer pela luta feminista, quer pelos seus atos em prol da qualidade de vida dos ilhéus.

As conclusões sobre o protagonismo das mulheres do MMIB, não significa que tudo está pronto e acabado. Ao contrário disso, há um desafio diário deste grupo que se divide entre seus trabalhos, prazeres pessoais e família para darem sua contribuição à busca de vida digna. Segundo Côrte Brilho (2015, p. 146)

[...] apesar de toda a participação e protagonismo destas no que diz respeito à realidade particular das mulheres do MMIB, existe um limite das suas ações, seja na relação com o mercado ou pela ausência de políticas públicas, que deveriam levar em consideração a realidade e a condição da mulher neste território específico por se tratar de uma região que historicamente esteve à margem dos processos de desenvolvimento, salvo as exceções já mencionadas e conseqüentemente pela invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo.

Elas e eles estão iniciando a colheita de sementes plantadas há mais de dez anos, porém é pouco, muito pouco se compararmos às demandas dessas comunidades, o descaso das autoridades públicas, somando-se ao modelo econômico e mercadológico excludente, individual e acumulador adotado no Brasil. É admirável a coragem, a ousadia e a determinação deste grupo (MMIB) no sentido de ir em busca da garantia dos direitos e vida digna.

5 CAPÍTULO 2 MMIB - AGENTE MOBILIZADOR, AGROEXTRATIVISMO E PFNMS

5.1 MMIB: MOVIMENTO MOBILIZADOR DAS COMUNIDADES DAS ILHAS

São vários os motivos que fazem o MMIB ser dinâmico e protagonista de ações de caráter econômico, social e ambiental nas ilhas. Primeiro pela equipe feminina que está à frente da organização. São mulheres moradoras da Ilha de Cotijuba, sendo algumas delas nascidas ali. É o caso da Rosilea Oliveira Almeida (Rosinha) que desde que nasceu há 38 anos mora na ilha, é sócia fundadora da organização e atualmente exerce a função de Coordenadora Social e colabora com as pesquisas de campo envolvendo plantas (relação MMIB/empresa de cosméticos); na produção de mudas para enriquecimento de quintais e áreas alteradas; ministra palestras no projeto Vida &

Companhia; colabora nas mobilizações e execuções de encontros com os idosos e na organização e planejamento de novos grupos de produção. Rosinha, como é conhecida por muitos, é bióloga de formação e professora. Quando questionada se considera o MMIB importante para a comunidade de Cotijuba, Rosilea responde:

O MMIB é uma associação muito ativa, que desenvolve vários projetos visando o desenvolvimento do ser humano, da comunidade, busca trabalhos que minimizem, evitem impactos ambientais negativos à ilha, como por exemplo, o turismo de base comunitária, fortalece as relações de um grupo de pessoas, incentiva as pessoas a estudarem, proporciona cursos, palestras e oficinas que esclarecem e incentivam a melhorar sua condição de vida. Busca parceiros que colaborem com atividades a serem desenvolvidas para a comunidade, contribui com a geração e complementação de renda para algumas famílias, movimentando a economia local. (ROSILEA ALMEIDA. ENTREVISTA PARA COORDENADORAS E PRINCIPAIS COLABORADORES (AS) DO MMIB, 2017, p. 2).

Segundo a Coordenadora Social da entidade, Rosilea Almeida, quando perguntada sobre as perspectivas do MMIB para o futuro respondeu:

O futuro para o MMIB requer uma mudança dos associados, assim como a comunidade precisa reconhecer a importância da instituição, o que ela representa, a força que tem, o que podemos conseguir ou tentar com uma instituição que já está consolidada, conhecida e reconhecida em vários municípios, estados e países. (ROSILEA ALMEIDA. ENTREVISTA PARA COORDENADORAS E PRINCIPAIS COLABORADOR (AS) DO MMIB, 2017, p. 2).

Adriana Maria Gomes de Lima não nasceu em Cotijuba, entretanto, mora na ilha há 26 anos, é sócia fundadora do MMIB. É a Coordenadora administrativa e colabora no Grupo de biojóias da entidade e do Turismo Comunitário. Adriana tem o curso superior incompleto, além das funções específicas expostas. Percebo Adriana como a maior das referências da organização. Adriana considera o MMIB, como uma entidade importante para as comunidades pois, segundo ela, a entidade dá visibilidade positiva para as ilhas. Como perspectiva para o futuro, Adriana almeja a profissionalização da gestão da organização e da própria comunidade.

A Coordenadora Social da entidade, Maria Lídia Lopes dos Santos é sócia fundadora da organização. Servidora pública aposentada, Lídia, apesar de não ter nascido em Cotijuba, mora na ilha há mais de 20 anos. Para a coordenadora, quando questionada sobre a importância do MMIB para a comunidade de Cotijuba diz: “O MMIB além de ser um espaço que dá visibilidade a Cotijuba é muito importante na formação e na busca de consciência social e política”. Lídia vê como perspectiva de

futuro para a entidade, que deve haver “mudança de visão e forma de atuação tanto de gestão como de relacionamento”, que com 18 anos de existência está na hora de adquirir autonomia, diz ela.

Essa equipe feminina, a exemplo das três mulheres explicitadas aqui são responsáveis pelo sucesso da entidade. São responsáveis pelas lutas por direitos, projetos, mobilizações, geração de renda, parcerias e tantas outras atividades que envolvem a organização. Todavia, não é somente o movimento de mulheres a vida delas, elas são dinâmicas e desenvolvem várias atividades. Por exemplo, as coordenadoras, Adriana, Lídia e Rosilea, atuam na ONG, como donas de casa, em atividades religiosas e atividades econômicas. São comprometidas com as comunidades, preocupadas com a proteção do meio natural, todavia, é com a dignidade dos ilhéus suas preocupações centrais. São conscientes dos seus deveres e direitos enquanto cidadãs e por esses direitos são mobilizadoras das lutas socioambientais que garantam políticas sociais para seus membros e as comunidades das ilhas. Elas não estão sozinhas nessas lutas, pois, os homens fazem parte desse movimento, colaborando para o bom desempenho da organização. Para entender esse dinamismo que envolve o MMIB, segundo o Relatório Anual de Atividades MMIB – 2015 foram mais de dez projetos e outras atividades que foram protagonizados pelo movimento, envolvendo seus membros e familiares, comunitários e parceiros institucionais.

O MMIB em 2015 desenvolveu mais de 10 projetos apoiados por parceiros ou de sua própria criação e execução, são eles: (Projeto Amazônia – UNIPOP; Mulheres nas Trilhas da Amazônia – UEPA; Escola Ribeirinha de Cotijuba – Instituto Peabiru/Renner; Amazônia Justa – Instituto Brasil Justo/Petrobrás; Projeto Ucuuba de Cotijuba – Natura /UFSCAR, Comercialização da Ucuuba – Natura Cosméticos; Maleta Futura – Canal Futura, Dia de Ler – MMIB; Encontro Com Sócios – MMIB; Projeto Vida e Companhia – Repartição de Benefícios/Natura Cosméticos e Turismo de Base Comunitária - MMIB), além de mobilizar a comunidade para cursos, oficinas, distribuição de cartilhas e informativos sobre a ilha (MOVIMENTO, 2015, p. 2).

A produção e comercialização da pripioca é um dos motores deste dinamismo. Segundo Natura (2005) “A Natura Ekos iniciou um novo ciclo na história da empresa” inovando a partir da própria natureza. Afirma que a Linha Ekos “marcou o início do uso de ativos da biodiversidade brasileira como plataforma tecnológica de desenvolvimento” (NATURA, 2005). Segundo Almeida e Tourinho (2014) “[] em 2000, a Natura lançou a linha Ekos como uma estratégia de criar diferenciais competitivos[]”

“[] a Natura deu início em 2005 a um trabalho específico de pesquisa para o aprofundamento do uso de óleos essenciais nesse setor. Esse trabalho exigiu a contratação de cientistas e pesquisadores e vai permitir o desenvolvimento de novos ativos, além da priproica, do breu-branco e da pitanga []”(NATURA, 2005, p. 55).

Para realizar a produção desses óleos ocorre uma associação com produtores familiares contatados a partir de feiras populares como a do Ver o Peso, estabelecendo-se contratos de produção que desembocam em uma comercialização dirigida para estas empresas. O contrato de comercialização da priproica com a empresa de cosméticos é visto como uma oportunidade para os agroextrativistas que consideram a produção e comercialização um ganho extra e que complementa a renda da família. Para a coordenação do MMIB, o contrato com a empresa compradora não é visto como uma parceria comercial, mas de relação social e que a empresa ajuda no desenvolvimento da comunidade.

“Agente não têm uma parceria comercial com a Natura, agente têm uma parceria de relacionamento mesmo, de desenvolvimento mesmo, [...] ela (a empresa) realmente faz um trabalho social aqui” (Adriana Gomes, Coordenadora do MMIB)⁵.

A parceria com a empresa de cosméticos, através do MMIB, não se configura como uma escolha para o agroextrativista, todavia, uma oportunidade de ganho extra durante o ano. A hipótese é que a empresa fique em condições vantajosas, pois os valores, (estabelecidos pela empresa) pagos pela produção, os investimentos em pesquisas e a repartição de benefícios, são baixos se comparadas à lucratividade que a empresa tem, através do marketing, apresentando-se como uma empresa social e ambientalmente correta, que se preocupa com o meio ambiente e as populações agroextrativas da Amazônia.

As imposições pela produção sustentável, como: o não uso de agrotóxicos; o cuidado com o lixo; a não queima como preparação para o cultivo; o manejo correto - no caso da semente de ucuúba, não coletando todas as sementes caídas ao redor da árvore, mantendo a sobrevivência da espécie e a certificação da produção da priproica. A repartição de benefícios e a geração de renda para os agroextrativistas, são motivos que convencem os dirigentes do MMIB e os associados agroextrativistas que a empresa é uma grande parceira e que põe em prática a responsabilidade social. “De acordo com a

⁵Adriana Gomes é da Coordenação Administrativa do MMIB. Trecho da apresentação do MMIB para 90 pessoas entre funcionários e seus familiares da Empresa Natura que vieram visitar e conhecer uma das organizações que produzem e comercializam matéria prima com a empresa (23/08/2016)

coordenação do MMIB a Priprioca é considerada como um negócio vantajoso em que muitas famílias obtêm renda para viver [...]” (SCALABRIN & PRAZERES, 2013, p. 5).

Os argumentos utilizados para justificar essa associação, embora ancorado em elementos monetários, são reforçados pela valorização e reconhecimento que a empresa estimula e explicita pagando pelo produto, pelas imagens das mulheres que vão compor catálogos, calendários e material publicitário da empresa, além de apoio à melhoria de aspectos físicos da sede, promoção de oficinas para fazer cumprir o mínimo de qualidade exigida para os produtos a serem comprados pela empresa. Embora estes sejam aspectos de interesse da empresa, a forma como a comunidade é tratada torna os comunitários convencidos de estarem fazendo um excelente negócio não apenas do ponto de vista social, como econômico e ambiental.

A produção artesanal no MMIB é um forte elemento mobilizador que tem crescido e se tornando uma marca da entidade. Entretanto foi necessário ir em busca de conhecimentos e parcerias que pudessem contribuir para o fortalecimento desta prática na organização que possibilitasse o retorno financeiro aos produtores.

Nesta caminhada a parceria com o Instituto Peabiru e o Bovespa Social, através do Projeto Escola Ribeirinha de Negócios (ERN) foi fundamental para qualificar a produção por meio de oficinas de beneficiamentos, promoção do artesanato e conhecimentos básicos de “coleta e beneficiamento de sementes, criação e montagem de biojóias, papel artesanal, embalagens e empreendedorismo” (INSTITUTO PEABIRU, 2009). No terreno da sede foi construído “[...] o Galpão do Núcleo de Produção da Escola Ribeirinha de Negócios para funcionar como um centro de capacitação, multiplicação e comercialização para os produtos artesanais com sementes” (INSTITUTO PEABIRU, 2009).

Segundo o Instituto Peabiru (2009) o projeto trouxe vários benefícios diretos para a entidade parceira: multiplicação do conhecimento adquirido; construção do núcleo de produção e capacitação (Fotografia 16); aquisição de equipamentos e reconhecimento pela família. Portanto, observa-se que a organização das mulheres em Cotijuba tem investido no artesanato, tanto no sentido de qualificar os artesãos para a produção das peças, capacitá-los a lidar com o mercado, bem como a divulgação e o acesso às peças produzidas. Todos esses esforços podem trazer um maior ganho na renda dos artesãos.

É notório que os PFNMs são a base de diversas atividades, projetos e produções que mobilizam e envolvem os associados do MMIB, seja no extrativismo puro, no

beneficiamento para a produção de artesanatos, no uso alimentar, no medicinal, sempre atrelando as práticas extrativas e seus usos ao cuidado ao meio ambiente e a manutenção dos costumes e tradições.

Fotografia 16 - Galpão do Núcleo de produção da Escola Ribeirinha de Negócios Ilha de Cotijuba



Foto Instituto Peabiru (2009)

As mobilizações e as relações a partir dos produtos florestais não madeireiros vão além da ilha. Diversas relações são formalizadas com organizações buscadas e inseridas a partir das demandas do MMIB, mas ocorre também o inverso, em que organizações buscam o movimento de mulheres, oferecendo parcerias que ora se somam às demandas do movimento, ora trazem propostas novas e que, analisadas pela coordenação do movimento, podem ser efetivadas.

As organizações parceiras do MMIB que estão fora da ilha se diversificam em empresas privadas, sendo a empresa decosméticos, a principal. Organizações não governamentais que estão nesta parceria com o MMIB podem ser citadas, a exemplo do Instituto Peabiru que segundo essa instituição o projeto Escola Ribeirinha de Cotijuba foi “[...] selecionado por edital do Instituto Renner, iniciado em 2015, com o foco de

umentar a capacidade comercial do grupo de artesanato do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), composto por artesãs da ilha de Cotijuba” (INSTITUTO PEABIRU, 2015, p. 10). O relatório Anual 2015 da instituição afirma que o objetivo do projeto era promover a inclusão social de mulheres e jovens de Cotijuba, através do fortalecimento do Grupo de Produção do Artesanato, dando ênfase ao desenvolvimento e à comercialização de biojóias, utilizando matérias primas presentes nas regiões das ilhas e a produção do papel artesanal com plantas locais (INSTITUTO PEABIRU, 2015, p. 20); Instituto Universidade Popular (UNIPOP) que desenvolveu o projeto Amazônia, Instituto Brasil Justo que desenvolveu o Projeto Amazônia Justa, Canal Futura e as organizações não governamentais, como a Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Ecomuseu da Amazônia.

O Quadro 1 exhibe os projetos do MMIB ou dos parceiros, parcerias, objetivos e resultados da entidade. Esses projetos são variados, envolvendo a área social, econômica e ambiental. É um conjunto de atividades que abrange todos os públicos (crianças, adolescentes, jovens, adultos – especialmente as mulheres – e os idosos) e neste sentido reafirmamos o dinamismo e a referência desta entidade em Cotijuba

Quadro 1- Projetos desenvolvidos pelo MMIB e seus parceiros.

| Nome do projeto | Objetivos | Metodologia | O que foi realizado? | Idealizador | Executor | Patrocínio | Período de execução | Público alvo | Número de Pessoas atingidas | Ganhos MMIB e associados |
|-------------------------------------|---|--|---|--|--------------------|--|---|---|--|---|
| Projeto Amazônia | Empreendedorismo e cidadania para jovens | Aulas, palestras e oficinas duas vezes por semana na sede do MMIB, com bolsa de R\$75,00 para cada jovem | Aulas, palestras e oficinas sobre empreendedorismo e cidadania. | Unipop | Unipop | Petrobrás | 2015 | Adolescentes de 15 a 18 anos | 35 | Jovens capacitados e conhecedores dos temas propostos |
| Projeto Vida & Companhia | Construção de um centro de convivência para a Terceira Idade com atividades durante dois anos | Atividades físicas, culturais, educacionais e de lazer com pessoas da terceira idade, duas vezes por semana, duas horas por dia (lanche garantido para os participantes) | Atividades físicas, culturais, educacionais e de lazer | Antônia Silva, sócia fundadora do MMIB | MMIB e voluntários | Repartição de Benefícios pela matéria prima da virola ucuúba junto a empresa de cosméticos | 2013 a 2015 (patrocinado) e 2016 sem patrocínio | Pessoas da terceira idade (independentes) e moradores da ilha de Cotijuba e adjacências | Mais de 100 pessoas inscritas | A coordenação do projeto era remunerada pelo serviço(3 pessoas); - Melhoria na qualidade de vida dos participantes do projeto |
| Turismo de Base comunitária | Desenvolver o turismo em uma parte não explorada e naturalmente muito rica da ilha de | Apresentar o MMIB, sua sede e seus projetos além de mostrar locais na comunidade onde podem se desenvolver este tipo de turismo | É realizada visitas no MMIB e na ilha de Cotijuba | MMIB, parceiros e instituições (UFPA, UNAMA..) | MMIB | UFPA, UNAMA e professor da UFPA Eduardo Gomes, através de | Desde 2009 | Pessoas interessadas neste tipo de turismo, grupos, estudantes etc... | Aproximadamente 30 pessoas por grupo que | Ganhos financeiros, materiais e pessoais para o MMIB e comunidade |

| Nome do projeto | Objetivos | Metodologia | O que foi realizado? | Idealizador | Executor | Patrocínio | Período de execução | Público alvo | Número de Pessoas atingidas | Ganhos MMIB e associados |
|---|---|---|---|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|---------------------|---|------------------------------|---|
| | Cotijuba | | | | | cursos, oficinas e formações. | | | visitam | |
| Projeto Mulheres nas Trilhas da Amazônia | Empoderamento feminino através de oficinas, palestras e rodas de conversas sobre temas voltados para a mulher | Encontros quinzenais, com uma parte teórica e outra voltada para o desenvolvimento de trabalhos artesanais | Oficinas, palestras e rodas de conversas | Professora Lana Claudia Macedo e UEPA | Projeto de Extensão da UEPA | UEPA | 2016 | Mulheres da comunidade a partir de 15 anos | Aproximadamente 120 mulheres | Informações úteis repassadas sobre direitos da mulher, saúde e a história das lutas femininas |
| Projeto Escola Ribeirinha de Cotijuba | Fomentar a comercialização dos produtos do Grupo de Artesãs do MMIB | Oficinas sobre empreendedorismo, construção do preço, qualidade nas peças e comercialização através de site | Oficinas, construção de preços, qualidade das peças e comercialização pelo site | Instituto Peabiru | Instituto Peabiru | Instituto Renner | 2016 | Grupo de mulheres artesãs do MMIB e pessoas da comunidade | Aproximadamente 20 | Um site para a comercialização dos produtos, - Parcerias para idealização de novos produtos, - Participação na economia |

| Nome do projeto | Objetivos | Metodologia | O que foi realizado? | Idealizador | Executor | Patrocínio | Período de execução | Público alvo | Número de Pessoas atingidas | Ganhos MMIB e associados |
|-----------------------------------|---|---|--|-------------------------------|-------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|---|
| | | | | | | | | | | local e - Produtos de autoria própria |
| Projeto Amazônia Justa | Fomentar o trabalho do grupo de artesãs do MMIB, através da aquisição de maquinários, oficinas de beneficiamento, encadernação e novas técnicas de produção de papel artesanal. | Fomentar o trabalho do grupo de artesãs do MMIB, através da aquisição de maquinários, oficinas de beneficiamento, encadernação e novas técnicas de produção de papel artesanal. | Encontros semanais, Produção de peças para verificação da qualidade, oficinas e cursos | IBJ – Instituto Brasil Justo | IBJ – Instituto Brasil Justo | Petrobrás | 2014-2015 | Grupo de artesãs e comunidade | Aproximadamente 130 | Ganhos financeiros, materiais, novas técnicas de produção e fortalecimento do grupo de artesanato |
| Projeto Ucuúba de Cotijuba | Pesquisa e manejo da árvore de ucuúba | Estudos com equipe de técnicos da UFSCAR e jovens do MMIB, encontros, cursos, visitas aos locais de incidência da espécie, troca de | Estudos com equipe de técnicos da UFSCAR e jovens do MMIB, encontros, cursos, | Empresa de cosméticos, UFSCAR | UFSCAR /empresa de cosméticos | Empresa de cosméticos | 2014-2015 | Jovens da comunidade | ---- | Mais conhecimento a respeito da ucuúba, troca de experiências, sensibilizaç |

| Nome do projeto | Objetivos | Metodologia | O que foi realizado? | Idealizador | Executor | Patrocínio | Período de execução | Público alvo | Número de Pessoas atingidas | Ganhos MMIB e associados |
|--|---|--|---|-----------------------|--|------------|-------------------------|---|--------------------------------|--|
| | | experiências intermunicipais entre grupos de produtores de ucuúba | visitas aos locais de incidência da espécie, troca de....???? | | | | | | | ão para a conservação da espécie |
| Produção e comercialização da ucuúba | Comercializar a semente da ucuúba | Coleta, seleção e comercialização anual da semente | Coleta e comercialização da semente, construção de casa de secagem para coletores | Empresa decosméticos | Empresa de cosméticos MMIB e coletores | ----- | 2009, e anos alternados | Coletores de sementes mobilizados pelo MMIB | 20 pessoas diretamente | Ganhos financeiros para os coletores e porcentagem de 10% sob o total coletado em Real para o MMIB |
| Produção e comercialização da priprioca | Cultivo e comercialização da semente da priprioca | Plantio anual sob encomenda e dividido igualmente entre os participantes (a quantidade a ser plantada) | Plantio e comercialização conforme demanda da empresa compradora | Empresa de cosméticos | Agricultores mobilizados pelo MMIB | ----- | Desde 2004 | Agricultores mobilizados pelo MMIB | Aproximadamente 25 diretamente | Ganhos financeiros para os agricultores e porcentagem de 10% sob o total coletado em Real, além de técnicas de plantio, assessoria |

| Nome do projeto | Objetivos | Metodologia | O que foi realizado? | Idealizador | Executor | Patrocínio | Período de execução | Público alvo | Número de Pessoas atingidas | Ganhos MMIB e associados |
|----------------------|--|--|---|--------------|----------|--------------|---------------------|-----------------------------------|-----------------------------|---|
| | | | | | | | | | | técnica, empreendedorismo, conhecimentos de agricultura orgânica, selo de produto orgânico, trabalho em grupo |
| Maleta Futura | Difundir nas comunidades selecionadas temas relevantes relacionados às questões sociais, culturais, política e.... | Distribuição de kit de DVDs com curtas metragens e filmes relacionados com o tema e fomentando o debate através de perguntas e posteriores relatórios devolvidos ao idealizador do projeto | Foram feitas 4 reuniões para assistir os filmes e conversas posteriores sobre os mesmos | Canal Futura | MMIB | Canal Futura | 2015 | Pessoas da comunidade | 30 pessoas | Conhecimento a respeito do tema, aquisição de material bom para empréstimo e pesquisa |
| Dia de Ler | Difundir, emprestar, divulgar, | Encontro mensal com leitura e empréstimo de | No ano de 2016 foram realizados 3 | MMIB | MMIB | MMIB | 2015-2016 | Pessoas da comunidade de todas as | Aproximadamente | Difundir conhecimentos na |

| Nome do projeto | Objetivos | Metodologia | O que foi realizado? | Idealizador | Executor | Patrocínio | Período de execução | Público alvo | Número de Pessoas atingidas | Ganhos MMIB e associados |
|----------------------------|--|--|--------------------------|-------------|----------|------------|---------------------|-----------------------|-----------------------------|--|
| | sensibilizar a comunidade para a importância da leitura | livros para a comunidade. Roda de leitura com pessoas convidadas de fora da ilha | encontros | | | | | idades | 150 pessoas | comunidade e o gosto pela leitura, aumento do número de livros na Sala de Leitura |
| Encontro com sócios | Aumentar a frequência dos sócios na sede, compartilhar ações do MMIB, envolver as pessoas nestas ações | Encontros bimestrais com os sócios e sócias na sede do MMIB, com lanche, brindes, convites, leituras e informações | Encontro com sócios (as) | MMIB | MMIB | MMIB | 2015 2016 | Sócias/sócios do MMIB | Aproximadamente 60 | Maior envolvimento dos sócios e sócias nas ações e o interesse de novas pessoas em desenvolver estas ações |

Dados fornecidos por Adriana Gomes – Coordenadora Administrativa do MMIB, 2017.

Quadro 1- Projetos desenvolvidos pelo MMIB ou seus parceiros.

Dados fornecidos por Adriana Gomes – Coordenadora Administrativa do MMIB, 2017.

As organizações que não estão com seus projetos diretamente ligados ao uso dos PFNMs, estão indiretamente ligadas às questões que envolvem empoderamento, sustentabilidade, empreendedorismo, Turismo de Base Comunitária, entre outros, sendo esses potencializadores das mobilizações agroextrativistas e artesanais do MMIB.

No leque das parcerias governamentais, nota-se a ausência ou deficiência do poder público competente do município, responsável na execução de políticas públicas capazes de erradicar ou diminuir a vulnerabilidade social, de fomentar o empoderamento para que os ilhéus possam ser protagonistas de seus direitos socioambientais. Essa ausência ou insuficiência do poder público municipal competente confunde ou pode confundir as competências do movimento de mulheres – MMIB, que sentindo a ausência ou a deficiência do poder público, acaba assumindo o papel que deveria ser do Estado. O mesmo raciocínio cabe para as ONGs que com seus projetos e patrocínios de empresas privadas ou mesmo de estatais, levam as comunidades, como a da Ilha de Cotijuba, projetos e ações de redução da vulnerabilidade social, sendo que essas responsabilidades deveriam ser das esferas governamentais. Essas práticas acabam por desobrigarem os governos e conseqüentemente as organizações passam a assumir o papel do Estado e/ou fazem práticas assistencialistas.

O MMIB é uma referência para as comunidades de Cotijuba e de outras ilhas por ser atuante, organizado, por trazer serviços à comunidade, projetos, geração de renda, em que pese, muitas dessas demandas devam ser sancionadas pelo poder público local (subagência distrital) ou pelas secretarias do poder público municipal e estadual. Na ilha têm vários órgãos do poder público do município e do estado.

Entre elas encontra-se a subagência de administração municipal da Prefeitura de Belém/PA, que de acordo com os relatos dos moradores, não tem se mostrado como a instituição mais atuante na Ilha e com isso não se constitui como a maior referência para a população, contudo, já que nem mesmo o subagente reside na ilha, o que foi exposto por diversas pessoas em tom de reclamação como se a mesma não cumprisse seu papel de gestor governamental (SCALABRIN E PRAZERES, 2013, p. 2).

Esses poderes públicos constituídos deveriam ser a referência, todavia é no movimento de mulheres e em outras entidades que a população encontra mais acolhida. Scalabrin e Prazeres (2013, p. 2) dizem que “essa referência acaba sendo exercido pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), já que a própria população

referenda-o a quem chega à ilha”.Portanto, fica evidente que o MMIB seja apontado pela comunidade como uma referência para problemas socioambientais e o empoderamento das mulheres, diante da ausência ou insuficiências dos poderes municipais e estadual nas ilhas de Belém. Essa referência se justifica pelas ações e projetos que durante o ano inteiro se desenvolvem na organização..

5.2 AGROEXTRATIVISMO E PFNMs: DIVERSIDADE, USOS E GERAÇÃO DE RENDA

5.2.1 PFNMs - Histórico

Historicamente a Amazônia brasileira teve a sua presença garantida no cenário nacional, graças aos recursos que podiam ser extraídos de sua floresta. “A seringueira, que tem origem na Amazônia, já participou como segundo produto na pauta das exportações brasileiras, por cerca de 30 anos (1887-1917) e, ainda hoje continua tendo expressividade econômico-social” (HOMMA, 1990b, p. 6-7). De acordo com Iqbal (1993 apud SHANLEY; PIERCE; LAIRD, 2005, 79) “estima-se que entre 4.000 e 6.000 espécies de plantas não madeireiras tenham importância comercial em todo o mundo”.

A denominação Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNMs está atrelada, principalmente, a uma das formas mais comuns de sua aquisição, qual seja o extrativismo vegetal. Essa modalidade extrativa vegetal tem importância na economia de muitas comunidades, pois deveras, chega a ser a atividade principal, e em alguns casos o único modo de obtenção de renda e de sobrevivência de determinadas famílias. “[...], o extrativismo continua sendo uma forma de subsistência para manter e gerar renda às populações amazônicas” (GUERRA, 2008, p. 6). Na mesma linha Shanley, Pierce e Laird (2005, p. 21) apontam a renda como um elemento essencial proporcionado pelo extrativismo não madeireiro. “Os produtos florestais não-madeireiros (PFNMs) são vitais para os meios de subsistência rurais nas regiões temperadas e tropicais. Eles proporcionam às comunidades rurais importantes recursos para sua subsistência, [...]”. Molnar et al.,(2004 apud SHANLEY, PIERCE e LAIRD, 2005, p. 23) afirmam que a “estimativa é que os PFNMs respondem por até 25% da renda de cerca de um bilhão de pessoas”. Entretanto, muitas dificuldades e resistência têm surgido nessa questão que envolve a renda, a partir dos PFNMs, fazendo com que

essa falta de investimentos nesta atividade extratora, prejudique muitas comunidades que dependem da atividade extrativa para garantir as necessidades de suas famílias.

Os estudos sobre os mercados dos PFM ainda são insuficientes para atender à demanda crescente de informações, bem como proporcionar assistência técnica aos pequenos produtores, que necessitam organizar a produção e melhorar a renda nas suas unidades produtivas (GAMA, 2005, p. 2).

Guerra (2008, p. 3) critica a insuficiência de pesquisas sobre os PFM, o que acaba por prejudicar os que geram renda dessa atividade extrativa: “[...] os habitantes de regiões florestais esbarram em algumas dificuldades, como a existência de poucas pesquisas sobre a economia e valor potencial destes produtos”. Mesmo com tantas dificuldades, há iniciativas positivas para os que vivem desta atividade e que representam milhões de pessoas em todo o mundo (GUERRA, 2008). O Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia está inserido no Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e IBAMA “[...] cujo objetivo é criar alternativas de geração de renda e emprego para a população tradicional, através da exploração sustentável dos recursos naturais da região” (GUERRA, 2008, p. 26).

Tem importância como balizadora de identidade, ou seja, é a partir de suas atividades produtivas e de seus símbolos que determinadas comunidades são reconhecidas, a exemplo “das quebradeiras de côcobaça” ou “os seringueiros”. “O reconhecimento formal de povos e comunidades tradicionais e suas identidades coletivas foi um marco definidor para a legitimidade do conhecimento acumulado e repassado por esses” (NAKAZONO, 2010, p. 70).

Um dos fatores simbólicos acionados nestas mobilizações diz respeito aos signos de reconhecimento e aos seus valores evocativos, que passam a identificar as diferentes identidades coletivas e seus movimentos respectivos: a palmeira de côco babaça torna-se o ícone da ação das denominadas “quebradeiras”, [...] (ALMEIDA, 2008, p. 95).

Além dos exemplos citados, há também as catadoras de Mangaba no Nordeste. Segundo Fernandes e Mota (2014, p. 14) “Na localidade de Espírito Santo, as mulheres extrativistas usam a expressão *apanhadoras de mangaba* para se autodesignarem, [...]”.

Em Cotijuba o extrativismo anda de mãos dadas com a agricultura, pois, se pratica a coleta oferecida pela natureza (extrativismo puro), mas também, há a coleta a

partir do cultivo de árvores frutíferas e para a exploração de madeira e a agricultura, principalmente, o cultivo de horta e árvores frutíferas. Como essas práticas se mesclam convencionou-se chamar a esses nativos de agroextrativistas. A relação desses senhores da terra (agroextrativistas) com o MMIB não é diferente, têm os extratores que usam suas coletas para a produção de artesanatos, transformando o produto *in natura* em objetos ou para a comercialização, sendo o caso da semente da virola ucuúbae os agricultores que cultivam a terra para a produção de hortas ou árvores frutíferas para uso e comercialização. Entretanto, há quem faça as duas atividades, por exemplo: Coletor de sementes da virola ucuúba e cultiva a priprioca, ambos para a comercialização. Desta forma de modo geral eles são agroextrativistas, considerando que somente uma atividade, coleta ou cultivo, não garantem renda o suficiente para o sustento e manutenção da família, já que a produção é pequena, o que se faz necessário se ter formas diferenciadas de trabalho para a sobrevivência.

5.2.2 Transformação, comercialização, uso e renda de diversos produtos PFNMs

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB tem uma relação de proximidade com os Produtos Florestais Não Madeiros – PFNMs, seja, na comercialização de sementes, a exemplo da virola ucuúba, seja na transformação desses recursos naturais em objetos, a exemplo dos artesanatos, ou simplesmente para o uso alimentar e medicinal que é uma prática tradicional na Amazônia.

O Grupo de Artesanato do MMIB é o responsável pelo beneficiamento e produção do artesanato da entidade. No quadro 2 abaixo estão descritos os recursos *in natura* que são beneficiados pelos artesãos. São folhas, o tronco da bananeira (*Musa spp*) e principalmente as sementes, exceto a jarina (*Raphia taedigera* Mart.) que não é beneficiada na entidade, mas ela é adquirida em Belém, já beneficiada. Segundo Solange Santos Alves do grupo de artesãos, algumas sementes não precisam ser beneficiadas, pois, a natureza já se incumbiu de beneficiá-las, precisando somente de um verniz no acabamento final. Não é o caso da semente do açai (*Euterpe oleracea* Mart.) que precisa passar por todo um beneficiamento, os artesãos do MMIB fazem um processo de tingimento desta semente possibilitando o uso dela na cor *in natura* ou em diversas cores, enriquecendo e diversificando a produção. A principal produção dos artesãos é de biojóias (colares, pulseiras, brincos, cordões, chaveiros, anéis, terços) (Fotografia 17), mas produzem, também, outros objetos, a partir dos recursos do tronco da bananeira e da folha da priprioca (*Cyperus articulatus* L.), entre eles: agendas, blocos

de notas, cadernos de anotações e embalagens. No referido quadro é exibido outros usos desses recursos da natureza, quais sejam, para a alimentação e/ou curandeira.

Quadro 2 – PFNMs (beneficiados e in natura) usados pelo MMIB

| Nome Vulgar | Nome científico | Parte da planta | Usos | | | | |
|------------------------------|--|-----------------|-------------|-----------|---------------------------|--|--|
| | | | Beneficiado | In natura | Alimentar | Medicinal | Artesanato |
| Açaí | <i>(Euterpe oleracea Mart.)</i> | Fruto e Semente | x | | Sucos, sorvetes, mingau | Repelente | Pulseira, colar, brinco, chaveiro, terço |
| Ajurú ou ajirú | <i>Hirtella hebeclada, Moric. ex DC.</i> | Fruto e Folha | x | x | Fruto | | Colar, brinco, tiara, design de bloco de papel |
| Bacaba | <i>Oenocarpus bacaba, Mart.</i> | Fruto e Semente | x | | Suco, sorvete, creme... | | Colar, pulseira, cordão |
| Bananeira | <i>Musa paradisiaca spp</i> | Fruto Tronco | x | X | Fruto, mingau, ... | Orvalho da bananeira para a diminuição da conjuntivite | Embalagens, agendas, cadernos de anotações |
| Jarina | <i>Phytelephas aequatoriali, Spruce</i> | Semente | | | | | Pingente, colar, pulseira |
| Jupati | <i>Raphia taedigera, Mart.</i> | Folha (palha) | x | | | | Pingente |
| Mucajá | <i>Acrocomia aculeata (Jacq.) Lodd. Ex Mart.</i> | Fruto Semente | x | | Fruto | | Brinco, colar, pulseira, |
| Mucuna ou Olho de boi | <i>Mucuna urens(L.) Medik.</i> | Fruto Semente | | X | | | Anel, colar, brinco, chaveira |
| Muruci | <i>Byrsonima crassifolia (L.) Rich</i> | Fruto Semente | x | | Sucos, sorvetes, creme... | | Pulseira, colar, brinco, chaveiro, terço |
| Murumuru | <i>Astrocaryum murumuru, Mart.</i> | Fruto Semente | | x | | Óleo cicatrizante | Pingente, colar |
| Najá ou Inajá | <i>Attalea maripa (Aubl.) Mart.</i> | Semente | x | | Frutas, sucos... | | Pulseira, colar, brinco, chaveiro, terço, anel |
| Pripioca | <i>Cyperus articulatus L.</i> | Raiz Folha | | | | Embebido em álcool conta cefaléia | Embalagens, blocos de notas |
| Tento | <i>Adenantha pavonina, L.</i> | Semente | | x | | | Pulseira, colar, brinco, chaveiro, |

| Nome Vulgar | Nome científico | Parte da planta | Usos | | | | |
|---------------|---|------------------|-------------|------------------|---|----------------------|--|
| | | | Beneficiado | <i>In natura</i> | Alimentar | Medicinal | Artesanato |
| | | | | | | | terço |
| Tucumã | <i>Astrocaryum aculeatum</i> G. Mey. | Fruto Semente | x | x | Fruto, suco, sorvete, creme... | Óleo cicatrizante | Pulseira, colar, brinco, chaveiro, terço, anel |

Fonte: Dados fornecidos por Solange Alves, Coordenadora Financeira do e componente do Grupo de Artesanato do MMIB

O grupo de artesãos do MMIB diversifica a produção com o uso de objetos sintéticos ou de base natural - industrializados, comprados na capital paraense ou pela internet. Os objetos adquiridos são, principalmente, a linha do algodão, fio encerado, a linha rabo de rato, fitilho, palha da costa e alguns metais que são acessórios da produção. Solange Alves diz que o uso de sintéticos vai ao encontro das demandas dos consumidores e do próprio mercado e não necessariamente pela falta do produto natural. Quando questionada sobre a inspiração dos modelos produzidos pelo grupo, a artesã, Solange Alves, diz que uma parte da produção é recriação de um modelo, por exemplo: um modelo que usa produtos sintéticos, então se faz o mesmo modelo com produtos naturais, mas há também a criação própria do grupo.

Não é só o rendimento financeiro que a atividade do artesanato trás, afirma Solange, trás a possibilidade de na própria ilha produzir com os recursos ofertados pela mãe natureza e reconhecido pelas pessoas como um bom trabalho, trás conhecimentos, através das viagens que faço para mostrar nossa arte, trás mudança de comportamento, de trabalho em equipe, de melhora da autoestima.

Nos últimos anos os projetos Amazônia Justa (Instituto Brasil Justo/Petrobrás), Escola Ribeirinho de Negócios (Instituto Peabiru/Instituto Renner) e a empresa de Cosméticos foram fundamentais para alavancar a atividade artesã no MMIB, afirma Solange Alves.

A comercialização de PFNMs na categoria extrativismo, a semente da virola ucuúba, o processo de coleta e comercialização, vem sendo intermediada pelo MMIB, entre os extratores das ilhas de Belém e a empresa de cosméticos, que extrai o óleo para a produção de sabonetes e outros produtos. Essas atividades extrativas e a comercialização são para esses extratores, segundo: Rosilea Almeida e Adriana Gomes da coordenação da entidade um complemento de renda, não sendo, portanto capaz de garantir a manutenção da família. Primeiro por ser a extração sazonal e segundo pelo valor pago pelo quilo do produto coletado ser pouco atrativo, se comparado com o tempo gasto em todo o processo: coleta, lavagem, seleção e comercialização. A adesão a esse "contrato" entre os MMIB, coletores e a empresa vem se enfraquecendo por conta do já exposto acima e pela penosidade do trabalho. Segundo A. G. da coordenação do MMIB, no ano de 2015 a comercialização do caroço de ucuúba chegou a 100 quilos e a meta era de uma tonelada. Esse resultado pode significar o desinteresse dos coletores.

O termo caroço, segundo Rosilea O. de Almeida, associada e dirigente do MMIB que está à frente da produção, é dado para a semente após o processo de coleta, lavagem e secagem. Ela afirma que após essa condição, a semente não mais germina virando produto para comercialização.

Apenas 10% aproximadamente dos associados do movimento MMIB têm uma renda mensal fixa, avalia Adriana Gomes da coordenação da entidade, já que segundo ela o número de empregos que garantem um salário mensal nas ilhas é pequeno girando em torno de 5 a 10% da população economicamente ativa da ilha. Dos cargos públicos, próximo de 80% são ocupados pelos “de fora”, não moradores da ilha, diz Adriana. Adriana Gomes analisa que grande parte dos associados (cerca de 90%), mantém suas famílias através de trabalhos na agricultura, extrativismo, artesanato ou nos serviços intermitentes (bico), como: no serviço de transporte, bares e restaurantes, pousadas, diaristas, caseiros, comércio, venda porta a porta de roupas e cosméticos.

Fotografia 17 – Peças produzidas pelo grupo de artesãos da entidade, em exposição na lojinha (expositor) na Sede do MMIB



Foto O. M., 2016.

O MMIB tendo preocupação social com seus associados, procura colaborar propondo alternativas e possibilidades no que tange à geração de renda e à qualidade de vida.

A produção e comercialização de artesanatos, da priprioca e da ucuúba são exemplos a serem citados. Indiretamente, o MMIB ajuda seus associados e familiares, a se capacitarem para a conquista de uma vaga no mercado de trabalho e tem feito isso através de cursos de informática, de gestão de pessoal, de relações públicas entre outros.

O extrativismo da semente da virola ucuúba tem os trâmites parecidos com a produção e comercialização da priprioca. O MMIB é o intermediário entre o extrator e a empresa de cosméticos.

Para a organização de mulheres o principal objetivo é a geração de renda para os associados. A intermediação traz ganhos para a organização de mulheres, que recebe sua contrapartida: uma porcentagem na venda da produção de cada extrator; a Repartição de Benefícios e outras vantagens oferecidas pela empresa.

A Natura não ofereceu apenas a comercialização com a priprioca, fechou também com as mulheres o desenvolvimento da instituição, ou seja, apoiou as mesmas na compra de sua atual sede, no melhoramento da estrutura burocrática, trouxe variados cursos para desenvolver a associação e seu pessoal (MELO, 2010, p. 173)

O ganho (renda) do extrativista na coleta e comercialização da semente da ucuúba dá pouca motivação ao extrator, por conta da penosidade do trabalho e o preço pago pelo caroço.

A relação comercial com a empresa tem possibilitado ao MMIB realizações de outros projetos como cursos, oficinas e novas parcerias, a exemplo do: Projeto Ucuuba de Cotijuba – empresa de cosméticos/Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; Projeto Vida e Companhia – Repartição de Benefícios/empresa de Cosméticos e Doações de computadores pela empresa de cosméticos para o Centro de Inclusão Digital do MMIB.

O projeto nas Trilhas da Amazônia – UEPA, entre outras coisas, possibilita compartilhar conhecimentos na produção artesanal (Fotografia 18) para uso ou comercialização da produção e elevar a baixo autoestima dos participantes.

Fotografia18 – Projeto nas Trilhas da Amazônia UEPA/MMIB



Foto O. M., 2016.

A produção é de responsabilidade de um grupo de associados homens e mulheres. Dezenas de peças são confeccionadas e comercializadas principalmente para turistas ou amigos do movimento que visitam a sede da entidade. Na sede há uma lojinha com vitrine de exposição, onde é possível apreciar, comprar e encomendar produtos. Além das peças como colares, brincos, cordões, pulseiras e outros, têm outras produções como:

Fotografia 19 - Produção artesanal do MMIB (em exposição na lojinha da Sede)



Foto O. M., (2016)

blusas, bolsas, chapéus, tapetes confeccionados com linha de lã (Fotografia 19) e cerâmicas, confeccionadas por Dona A. M., uma idosa que mora na Comunidade do Poção em Cotijuba. Essa artesã aprendeu o ofício com ajuda do Ecomuseu da Amazônia. Além da lojinha na sede, os produtos são comercializados em barracas montadas no trapiche da Ilha de Cotijuba (no mês de julho e feriados prolongados), nas feiras fora da ilha e em eventos onde o MMIB participa a exemplo do: IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em 2015 no Centro de Convenções da Amazônia – HANGAR, em Belém do Pará. No mês de julho de 2015 o MMIB lançou o site <http://biojoiasmmib.wix.com/biojoias> para divulgação e venda de seus produtos artesanais. A proposta é que com o site aumentem as vendas, pois os que acessarem o site podem comprar uma peça ou várias e a organização se responsabilizará por fazer o envio ou a entrega.

PFNMs para uso medicinal

Não menos importante que a renda que os produtos florestais não madeireiros podem proporcionar para as comunidades é o uso desses produtos para uso medicinal. Esses produtos extrativos vegetais têm importantes significados para as comunidades que tradicionalmente os utilizam como remédio, pois, faz parte da crença dos povos da Amazônia, ou utilizam por não disporem de dinheiro para comprar medicamentos industrializados. Segundo Shanley e Luz (2003 apud SHANLEY; PIERCE e LAIRD, 2005, p. 52) a exemplo do uso medicinal “A casca acinzentada e o exsudato vermelho e aguado do Jatobá são empregados no tratamento de problemas respiratórios, gripe, bronquite, verminose, câncer de próstata e como tônico após doenças crônicas como malária”. Também é citado por Haeffner et al. (2012, p. 601) “A planta medicinal pode se tornar uma terapia complementar importante para o cuidado em saúde da população, inclusive no tratamento da dor, sintoma que gera sofrimento, principalmente quando cronicada”. Borsato *et al* (2009, p. 7) afirmam que “Os males causados pela elevada utilização de quimioterápicos e o alto preço dos medicamentos industrializados [...]”, contribuem para aumentar o número de pessoas interessadas pelo conhecimento sobre utilização e comercialização dessas plantas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstra a atuação e o desenvolvimento do Movimento de Mulheres nas Ilhas de Belém - MMIB, que tem sua atuação principalmente na Ilha de Cotijuba, região insular do município de Belém. O Movimento atua junto às comunidades e tem como público prioritário suas associadas e associados. O MMIB desenvolve seus trabalhos nas áreas social, política, econômica e ambiental, considerando que as áreas de atuação do movimento são carentes e sofrem pela ausência ou insuficiência dos serviços e equipamentos públicos dos poderes constituídos. O MMIB conta com a parceria de diversas instituições - públicas e privadas - de ensino e pesquisa do estado, de outras localidades do Brasil e com ONG's e empresas. Esses parceiros contribuem de diversas formas, sendo as mais comuns, a execução ou financiamento de projetos de cunho socioambiental. As necessidades socioeconômicas e ambientais e a disposição do grupo de mulheres do MMIB fazem com que o movimento de mulheres seja dinâmico e atuante o ano todo. Nesta pesquisa foi possível constatar que esta organização - MMIB, além dos projetos sociais, canaliza suas energias para atividades voltadas para a obtenção de renda para seus associados, que possibilitem a eles melhorar suas condições de vida. Nesta perspectiva, atuam na produção do artesanato, tendo como material base os PFNMs e a produção agroextrativista para a comercialização. O artesanato oferece produtos variados, com uma estética naïf (ingênua) mas de muito boa receptividade no mercado. Utiliza sementes de palmeiras como o açaí, tucumã, jupati, inajá, coco, babaçu e fibras de espécies vegetais presentes na ilha de jurisdição do município.

As formas esféricas, estreladas, ovaladas, quadradas, circulares que remetem a elementos da natureza são muito utilizadas e demonstram o grau de estilização primária predominante no artesanato insular. Verifica-se nessa estética, o recurso, a textura e tecitura com as fibras resultando em obras que encantam pelo misto de rusticidade e composição de linguagem simbólica muito bem aproveitada.

O Movimento, desde 1998 vem atuando na questão de gênero na ilha, por iguais direitos para as mulheres, - esta demanda batia na porta deste grupo de mulheres, desde quando eles atuavam na AMICIA - Associação dos Moradores das Ilhas de Cotijuba e Adjacências. Fora da ilha, o MMIB participa sempre que possível dos movimentos feministas.

Esta pesquisa compreende que as relações, principalmente, comerciais e ambientais do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém com a empresa de Cosméticos, a partir da produção e comercialização da priprioica (*Cyperus articulatus* L.) e da semente da ucuúba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb., possibilitou aos agroextrativistas envolvidos na produção a geração de renda; possibilitou ao MMIB e seus associados maiores conhecimentos de como cultivar, conservar a priprioica e a ucuúba, - na relação comercial com a empresa possibilitou a certificação da produção da priprioica -; possibilitou articulações com outras organizações e possibilitou a ampliação física da sede da entidade e o aparelhamento desses espaços, através da Repartição de Benefícios (acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional).

Esta pesquisa permite compreender que a comercialização, os investimentos socioeconômicos e ambientais feitos em Cotijuba pela empresa decosméticos em parceria com o MMIB, foram um bom negócio para a empresa se considerarmos o investimento e marketing que ela faz de empresa social e ambientalmente correta que se preocupa com os povos da Amazônia. Para a coordenação do MMIB a relação com a empresade cosméticos não é vista como uma parceria comercial, mas de relação social e que a empresa ajuda no desenvolvimento da comunidade. Os argumentos utilizados para justificar essa associação, embora ancorado em elementos monetários, são reforçados pela valorização e reconhecimento que a empresa estimula e explicita pagando pelo produto, pelas imagens das mulheres que vão compor catálogos, calendários e material publicitário da empresa. O que se questiona dessa relação é a assimetria entre o que o MMIB oferece e o que recebe da empresa, considerando-se que a empresa recebe muito mais do que oferece.

O uso dos produtos florestais não madeireiros pelo movimento de mulheres é elemento mobilizador entre os associados do MMIB, pessoas da comunidade e agentes externos que direta ou indiretamente se envolvem com esta categoria (PFNMs). Foi possível catalogar uma variedade de sementes, folhas e raízes utilizadas pelo MMIB como produtos base das confecções do artesanato da entidade. Quase todos os PFNMs trabalhados no artesanato são beneficiados na própria sede da entidade. Além do artesanato há a extração da semente da ucuúba e o cultivo da priprioica, ambos para a comercialização com a empresa de cosméticos. Se identificam os PFNMs sendo um importante motor mobilizador da entidade e que através dele a entidade acaba sendo contemplada por outros projetos, parceiros e até recursos, como foi o caso da Repartição de Benefícios.

Considera-se que o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB desde o início de sua organização até o contexto desta pesquisa é uma entidade necessária e fundamental para seus associados, bem como para as comunidades de Cotijuba. Se constata que a carência dos serviços e a insuficiência dos equipamentos públicos justificam a existência desta entidade. O MMIB possibilita com seus trabalhos sociais, econômicos e ambientais reduzir a penalidade de quem vive nesta localidade. Na vontade de suprir as demandas não cobertas pelas políticas públicas, essa entidade, quiçá, esteja exercendo o papel que deveras seja dos governos.

Este trabalho deu ênfase à movimentação da entidade relativa ao uso dos PFNMs; levanta a questão do protagonismo feminino dentro da entidade, sendo os homens participantes e liderados pelas mulheres e analisa a relação e a importância desta organização para as comunidades de Cotijuba. Entretanto, a formação político social que se desenvolve de forma transversal nos projetos e ações desencadeados pelo MMIB e seus parceiros, certamente, seja o maior legado que este movimento de mulheres pode deixar para seus pares. Esse pensar consciente ajudará na organização social e na busca por direitos garantidos constitucionais, bem como, fomentará as relações de igualdade de gênero, de raça, de credo religioso e da liberdade individual.

Diante da realidade social, econômica e ambiental na ilha de Cotijuba, recomenda-se uma maior atenção das autoridades, principalmente, a municipalidade de Belém, às demandas daquelas comunidades, a preservação ambiental e o controle dos loteamentos do solo. Recomenda-se uma política eficaz e permanente que faça investimento no turismo, a exemplo do ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária – TBC, que já é uma prática do MMIB. O desenvolvimento do turismo e das modalidades citadas possibilitará a geração de renda para as comunidades ao mesmo tempo para a preservação da ilha.

A destacar nesse estudo a relação mulheres x recursos naturais x artesanato, remetendo a uma estética associada ao feminismo, principalmente a se julgar pelos produtos (pulseiras, argolas, colares). Sente-se falta de um investimento consciente e consistente na melhoria das relações com o mercado, porém isso vem ocorrendo no espírito que oferece qualidade e possibilidades de diálogo, muito mais do que a busca por dinheiro. A impressão que se tem não é da ganância de vender muito e cada vez mais, porém, estar presente e oferecer o que sabem fazer com leveza e sensibilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.

ALMEIDA, R. H. C; TOURINHO, M. M. **Agricultura Familiar e Empresas de Biocosméticos: Caracterização Socioeconômica dos Produtores de Priprioaca no Estado do Pará.** Belém, 2014. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento/Banco da Amazônia* v. 9, n° 18, jan/jun de 2014. Disponível em http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/institucional/biblioteca/revista_amazonia/edicao18/Revista_Amazonia_18_miolo_completo_atualizacao.pdf. Acesso em 30/06/2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** – 3.ed. ver. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A Agroecologia como um campo científico. *Rev. Bras. de Agroecologia.* V.8 (2): P. 4-13 (2013). Disponível em <http://orgprints.org/25582/1/Borsatto_A%20agroecologia%20como%20um%20campo%20cientifico.pdf> Acesso em 16/12/2015.

BORSATO et al. Plantas medicinais e agroecologia: uma forma de cultivar o saber popular na região de Corumbá, MS. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009. 12 p. (Documentos / Embrapa Pantanal, ISSN 1981-7223; 103). Disponível em <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/806204/1/DOC103.pdf>> Acesso 10/12/2015.

BRASIL. Lei 13.123 de 20 de maio de 2015. Diário Oficial da União (DOU), p. 1, seção 1. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/92368597/dou-secao-1-21-05-2015-pg-1>> Acesso em 18/02/2016.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014. 153 p. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em 03/03/2017.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília (DF), 2006. Disponível em <<http://www.ebah.pt/content/ABAAABCBgAE/desenvolvimento-rural-sustentavel>> acesso em 21/12/2015.

CARRASCO, Cristina. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres / Cristina Carrasco; tradução José Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012. Disponível em <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/Estatisticas.pdf>> acesso em 05/01/2016.

COELHO, S.; ROURE, S. Desafios para enfrentar a violência transformando as bases da desigualdade. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>> Acesso em 05/01/2016.

CÔRTE BRILHO, S. S. de Q. **Dinâmica econômica e social na Amazônia rural: o Protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB (PA).** Tese de (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2015

CRESPI, Brunna; GUERRA, Gutemberg. Ocorrência, coleta, processamento primário e usos do Pracaxi (*Pentaclethra macroloba* (Willd.) Kuntze) na Ilha de Cotijuba, Belém-PA.. **REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA**, [S.l.], v. 8, n. 3, dez. 2013. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<HTTP://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/13297/9910>>. Acesso em: 16 Mai. 2016.

DIEGUES, A.C.. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/USP. 3.a edição, Editora HUCITEC, SP. 2012. Disponível em <<https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues-o-mito-moderno-danatureza-intocada.pdf>> Acesso em 08/03/2017

FARIA, N. Mulheres e Exclusão na América Latina. Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates. (ORG e EDIÇÃO): Alessandra Terribili, Nalu Faria; Sônia Coelho. SOF: São Paulo, 2005. 70 p. Disponível em <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/Livro_FemLutMulh.pdf> Acesso em 05/01/2016.

FERNANDES, T.; Mota, D. M. É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. Piracicaba, 2014. Revista de Economia e Sociologia Rural, v 52, nº 1, p. 9-24. Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/110201/1/01.pdf>> Acesso em 23/02/2016.

GAMA, M. de M. B. Importância de produtos florestais não madeireiros (PFNM) para a economia regional, Circular Técnica 81. Porto Velho (RO), 2005. Disponível em <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/901511>> acesso em 09 de dezembro de 2015.

GUERRA, G. A. D. **Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da Ilha de Cotijuba.** Belém: Unama, 2007. v. 1. 86p.

GUERRA, F. G. P. de Q. **Contribuição dos Produtos Florestais Não Madeireiros na Geração de Renda na Floresta Nacional do Tapajós - Pará:** Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná. Disponível em <http://www.floresta.ufpr.br/defesas/pdf_ms/2008/d507_0669-M.pdf> Acesso em 11/11/2015.

HAEFFNER, R. et al. Plantas medicinais utilizadas para o alívio da dor pelos agricultores ecológicos do Sul do Brasil. **Rev. Eletr. Enf.**, vol. 14 nº 3.2012. Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/69920/1/15892.pdf>> Acesso em 10/12/2015.

HOMMA, A. Deixem Chico Mendes em paz. *Veja*, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 106, 19 dez. 1990a Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33383?page=106§ion=1> Acesso em 10/03/2017

HOMMA, A.K. O. A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990b 38p. il. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 53). Disponível em <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/381196/1/CPATUDOC53.pdf>> acesso em 09 de dezembro de 2015.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 97 p.

HOMMA, A. K. O. Perspectivas da Economia Extrativa Vegetal na Amazônia. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1989. 106 p. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/997354/1/ECONOMIA_HOMMA.pdf> Acesso em 22/12/2016.

IAMAMOTO, A. T. V. **Agroecologia e desenvolvimento rural**. 2005. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-09032006-140931/>> Acesso em: 02/03/2016.

INSTITUTO PEABIRU. Projeto Escola Ribeirinha de Negócio. Belém, 2009. Disponível em <<http://escolaribeirinha.blogspot.com.br/>> Acesso em 06/08/2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140>> Acesso em 09/11/2015.

INSTITUTO PEABIRU. Relatório Anual de Atividades Ano 2015. Belém, maio/2016. Disponível em https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/05/160427_relatorioanual2015_v3.pdf . Acesso em 08/03/2017 Acesso em 08/03/2017.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. **A Dialética da Agroecologia** 1.ed.: São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MATTOS et al. Marco referencial em agroecologia. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

MAX. Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. I Livro Primeiro. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Noca Cultural Ltda, 1996. (Os economistas).

MELO, O. C. **O lugar e a Comunidade na Ilha de Cotijuba- Pa.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2010.

MILL, D.; FIDALDO, F. A internet como suporte técnico para coleta de dados para pesquisas científicas, 2007. Disponível em <http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_29/mill_e_fidalgo.pdf> Acesso em 10/05/2016.

MOTA, D. M. da et al. O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 2, p. 155-168, dez. 2008. Disponível em <<http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-5.pdf>> Acesso em 24/02/2016.

MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM. **Estatuto do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém.** Belém, MMIB, 2007. (Acervo do MMIB)

MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM. **Relato...**, 2013. (Acervo do MMIB).

MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM. Relatório Anual de Atividades 2015 – MMIB. BELÉM, 2015 (acervo do MMIB).

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Um olhar de gênero sobre a reconstrução da agricultura em Abaetetuba, Pará, Belém: NCADR/UFPA, 2004. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas).

NAKAZONO, E. M. O “Mateiro” e a Pesquisa Científica. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia** / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.2 171 p.: il.: 16x23 (Vol. 01, nº. 01.)

NATURA, **Relatório Anual 2005.** Disponível em <http://natu.infoinvest.com.br/ptb/3896/RelatorioAnual2005.pdf> Acesso em 25/08/2016.

NEVES, E. J. M; SANTOS, A. F dos; MARTINS, G. M. *Virola Surinamensis*: Silvicultura e Usos. Embrapa Florestas, Colombo (PR), 2002. 27p. (Embrapa Florestas. Documentos, SO). Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/283103/virola-surinamensis-silvicultura-e-usos>>. Acesso em 27/11/2017.

NICOLI, C. M. L. et al. Aproveitamento da Biodiversidade Amazônica: O caso da pripioca. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. 25p. ; il.; 21cm. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 256). Disponível em <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/376509>> Acesso em 15/06/2016.

OLIVEIRA, J. S. R.; KATO, O. R. Agricultores Inovadores, SAFs, Sustentabilidade e Educação Básica: Pontos e Contrapontos. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo: anais. São Paulo: USP, pp. 1-14. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/56320/1/ENGA-2009-Ok.pdf> Acesso em 09/03/2016.

PALUDO, R; COSTABEBER, J. A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. Revista Brasileira de Agroecologia. v. 7 n° 2, 2012, p.63-76. Disponível em <http://orgprints.org/22937/1/Paludo_Sistemas%20agroflorestais.pdf> acesso em 1/12/2015.

PARADIS, C. A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres; Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>> Acesso em 05/01/2016.

PETERSEN. P; DAL SOGLIO, F. K; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. 2009. Disponível em <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/a-construcao-de-uma-ciencia-a-servico-de-um/at_download/articuleiro> acesso em 21/12/2015.

RÊGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. Universidade Federal do Acre, 1999. Disponível em <http://www.adur-rj.org.br/5com/popup/extrativismo_neoextrativismo.pdf>. Acesso em 05/12/2015.

SÁ, T. D de A; SILVA, R. O. da. Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.

SCALABRIN, C. S; PRAZERES, M. de J. C. dos. **Agricultura familiar na ilha de Cotijuba, Pará.** Porto Alegre – RS, Cadernos de Agroecologia, Vol 8, No. 2, Nov 2013 Disponível em <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/14493/9321>> Acesso em 31/06/2013.

SHANLEY, P.; PIERCE, A.; LAIRD, S. Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005. Disponível em <http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BShanley0602.pdf> acesso em 09/12/2015.

SUCUPIRA, F; FREITAS, T. V. de. As Desigualdades de Gênero nos Usos do Tempo. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Alessandra Terribili, Nalu Faria e Sônia Coelho (Org. e Edição). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>> Acesso em 05/01/2016.

TAVERNARD. A.de N. F. Similitudes, poesia. Disponível em <<http://mipires.blogspot.com/2010/11/casa-de-antonio-tavernard.html#ixzz4pkqnoR2d>> Acesso em 14/08/2017

TORRÃO FILHO, A. Uma Questão de Gênero: Onde o Masculino e o Feminino se Cruzam. Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005. PP. 127-152. P. 4. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>> Acesso 03/04/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Relatório Projeto Megam – Estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico. Belém: NAEA, 2004.